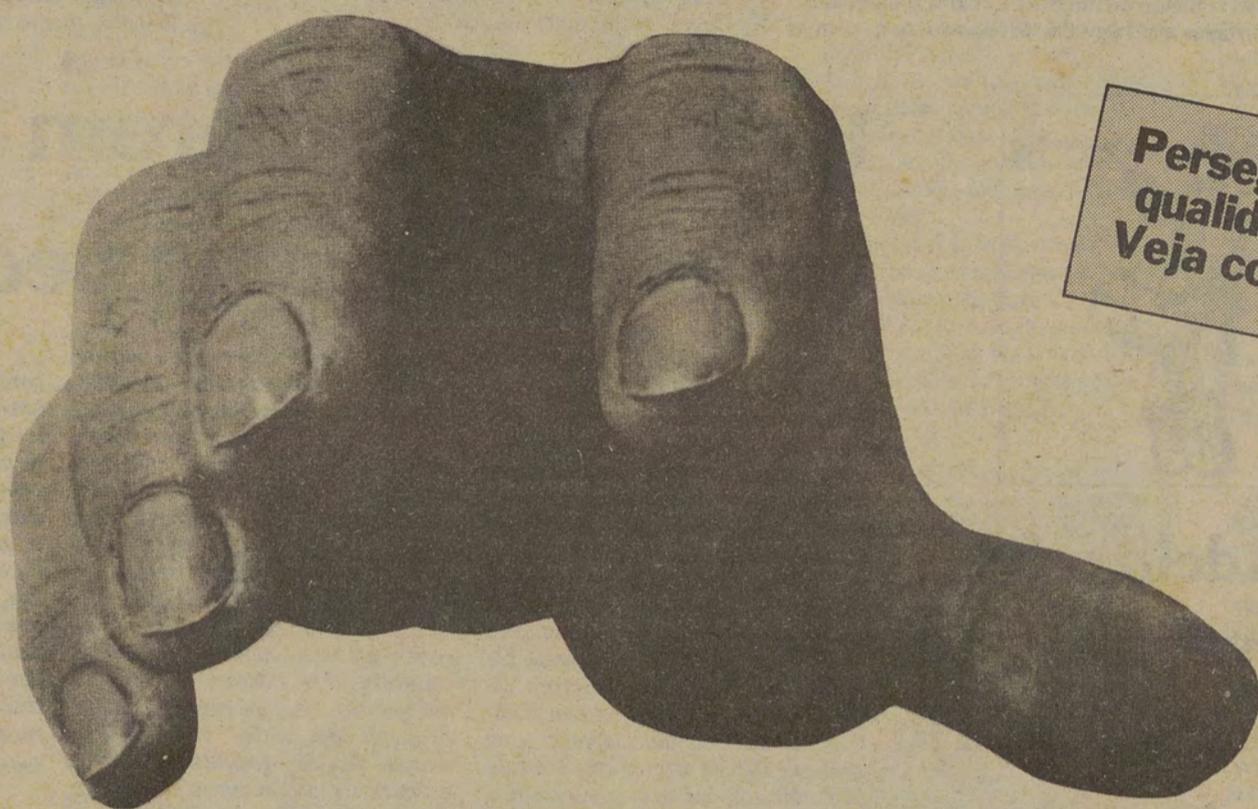


# ZERO

Florianópolis, 15 de Agosto-15 de Setembro de 1988



Perseguição prejudica  
qualidade dos jornais.  
Veja como, na central

## MÃO GRANDE:

**LATIFUNDIÁRIO**  
ganha terras da reforma agrária

Página 7

**GOVERNADOR**  
ganha cheque da seita Moon

Página 3

**QUALQUER IDIOTA**  
ganha nome de rua em Florianópolis

Página 6

**PROMOÇÃO: ZERO E WEA DÃO 50 LPS QUENTES**



★  
Melhor  
Peça Gráfica  
I Set  
Universitário  
Maio 88

# O cobertor é curto

O Curso de Jornalismo da UFSC está irreconhecível. Quem conheceu aquele corredor que dava num banheiro, onde funcionávamos, se admira com as instalações inauguradas em agosto. Agora temos salas de aula, salas de professores, salas de laboratórios e até uma área para a administração. Recebemos também uma impecável "ilha de VT" (equipamento para a montagem de videotape), e o equipamento para gravações externas (reportagem de vídeo) está a caminho. Mas por aqui não há euforia.

O cobertor tem sido pequeno para enganar o frio. Puxado de um lado, descobriu o outro. Montadas as novas salas de redação, nota-se mais

claramente que faltam máquinas de escrever. O reluzente equipamento de telejornalismo não tem quem o opere, assim como o estúdio de rádio. Colocados os funcionários em seus devidos lugares (antes estavam amontoados), descobrimos que cada um deles estava na função de três ou quatro. Todos garantem que estão sobrando funcionários na UFSC, mas ninguém diz como fazê-los chegar até aqui.

As novas salas de aula também estão meio vazias. Um professor morreu, dois se demitiram, oito disciplinas do Departamento de Comunicação estão a descoberto.

Pelo atento "Jornal Universitário" editado pela assessoria do reitor, ficamos sabendo que nosso chefe do departamento fez uma "aliança pela qualidade" com o professor Schlemper, e outras tantas com empresários da comunicação. Do editor do jornal "O Estado", descobrimos que as conquistas do curso se devem a sonhos de professores que saíram daqui há muito tempo. Mas no novo espaço físico do curso só são vistos professores, alunos e funcionários em atividade. Dos aliados e dos profetas, esperamos uma colaboração mais decisiva para resolver os problemas. Dos assessores de imprensa da Reitoria, menos badalação.



## Banqueiros querem reforma e menos clientes pequenos

A ordem é tirar os "pobres" dos bancos. Esta é uma das conclusões a que se pode chegar analisando a política adotada pelos bancos, em geral, e do projeto de reforma bancária que está sendo proposto pelo Banco Central (BC), em especial.

As pessoas físicas de baixa renda vêm enfrentando dificuldades crescentes para efetuar até mesmo as mais simples operações bancárias. Os valores mínimos para abertura de uma conta corrente ou poupança são cada vez mais elevados, e pagar uma conta de luz ou água já não é tarefa fácil. Muitos bancos se recusam a recebê-las de pessoas que não sejam clientes.

Essas medidas, entre outras, não são gratuitas e nem devem ser consideradas isoladamente. Na verdade, fazem parte de um conjunto de procedimentos que vêm sendo adotados pelos bancos desde a instituição do Plano Cruzado, visando a diminuição dos custos operacionais e administrativos, de forma a aumentar a lucratividade. Com o Plano Cruzado e o fim da "ciranda financeira", os bancos puderam avaliar sua real situação e adotar medidas como a racionalização dos serviços, fechamento de agências e demissão de pessoal. Em 1985, apenas 49 municípios no país não eram assistidos por serviços bancários. Em 1987 esse número subiu para 779. E os bancários demitidos chegaram a 140 mil, o equivalente a 25% dos empregados do setor privado, por conta do fechamento das agências e da automação bancária.

Paralelamente, o Banco Central vinha realizando estudos no sentido de promover algumas mudanças no Sistema Financeiro Nacional (SFN) que, em muitos pontos, coincidem com os interesses dos grandes bancos. A versão final do projeto de reforma bancária está agora sendo apreciada pelo Banco Mundial (BIRD), que se propõe a financiar sua implantação através da abertura de uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão.

O ponto principal do projeto é a regulamentação do processo de transformação dos grandes conglo-

merados financeiros em bancos múltiplos, o que permitiria que todas as empresas subsidiárias da mesma instituição financeira se fundissem em uma só. O banco múltiplo reuniria o banco comercial, o de investimento, o de crédito imobiliário e a financeira em uma única empresa. Dessa maneira, haverá um enxugamento da estrutura administrativa dos atuais conglomerados, com reflexos negativos para a categoria dos bancários, como a redução no nível de emprego com a extinção de vários cargos, e a desqualificação profissional, pelo acúmulo de tarefas durante a jornada de trabalho.

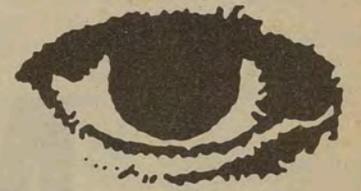
O projeto prevê também a extinção das atuais cartas-patente para o funcionamento das agências, estabelecendo, em contrapartida, o aumento do capital social mínimo necessário tanto para a abertura de novas agências como para manutenção das já existentes. Esse capital será definido segundo uma escala de pontuação para cada segmento do mercado. Em função disso, os oligopólios do sistema financeiro se fortalecerão, já que o critério de pontuação diminui o poder de concorrência dos pequenos bancos, que possuem capital social bastante inferior ao dos grandes conglomerados.

Outra proposta constante do projeto consiste na liberalização das tarifas bancárias, ou seja, os bancos poderiam cobrar, a seu critério, taxas por qualquer serviço prestado, tais como o recebimento de uma conta de luz ou o fornecimento de talão de cheques. Isso para afastar ainda mais os "pobres" dos bancos.

Aliás, o procedimento de selecionar a clientela já é adotada pelos bancos privados. Eles direcionam seus esforços para uma atuação junto às pessoas físicas de alta renda e pessoas jurídicas, instalando postos de atendimento dentro de empresas ou montando agências "aéreas" nos andares superiores dos edifícios, inacessíveis ao grande público. Isso prejudica duplamente a população, pois leva à sobrecarga no recebimento dos tributos pela rede pública, com queda na qualidade do atendimento.

As conseqüências da reforma bancária atingem a sociedade como um todo e, por isso, a questão é de interesse público. Entretanto, sua divulgação é feita apenas esporadicamente pela grande imprensa, enquanto a discussão e a elaboração do projeto está apenas nos gabinetes. Os sindicatos de bancários combativos discutem a questão nas bases, que têm se manifestado contra o projeto BC/BIRD, e por uma reforma bancária que parta de uma discussão com o conjunto da categoria e da sociedade.

Robert Willecke



## Ademar deu toque de mestre

Este número de Zero tem a participação de um editor convidado — Ademar Vargas de Freitas. A intenção do Zero é trazer profissionais para trabalhar com textos de alunos e assim aperfeiçoar o aprendizado. E foi por querer profissionalismo e competência que escolhemos Ademar Vargas de Freitas, um dos jornalistas mais brilhantes do Brasil. Trabalhou para o Globo, JB, quase todos os jornais do Sul, para as revistas Manchete, Veja, Isto É, e na saudosa O Cruzeiro. Fez televisão, rádio e jornal com talento e principalmente honestidade. E ele fez nesta madrugada de fechamento de Zero tudo aquilo que todos, numa escola de jornalismo, deveriam praticar com freqüência: rabiscou, reescreveu, mudou, transformou — enfim, ensinou. Neste número do Zero tem o dedo do Ademar.

## ZERO

Jornal Laboratório do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Esta edição foi elaborada na madrugada de 25 de agosto de 1988

Texto: Ana Lavratti, Analú Zidko, Daniela Aguiar, Geraldo Hoffmann, Heloisa Dalanhol, Ismail Ahmad Ismail, Ivan dos Santos, Ivonei Fazzioni, Ilka Goldschmidt, João Carlos Grand, Jacques Mick, Júlio Cesar Pompeo, Karla Bastos, Linete Martins, Marta Moritz, Mário Vaz, Marina Pederneiras, Ozias Alves Júnior, Rafael Masseli, Renata Rosa, Robert Willecke, Romir Rocha, Rute Enriconi, Ruchelle Zandavalle, Sílvia Zamboni, Sílvia Pavesi

Diagramação: Analú Zidko, Rute Enriconi, Sabrina Franzoni

Produção: Cláudia Carvalho, Denirys Rodrigues

Colaboração: Professor Francisco Karam

Arte: Amalito, Mariano

Fotografia: Ilka Goldschmidt, Marta Moritz, Pedro Mello, Renata Rosa, Romir Rocha, Rute Enriconi, Sabrina Franzoni

Laboratório fotográfico: Júlio Cesar Pompeo, Romir Rocha, Sabrina Franzoni

Supervisão: Professores Airton Kanitz, Cntia Naha

Edição: Eduardo Meditsch, Luiz Alberto Scott, Ricardo Barreto

Editor convidado: Ademar Vargas de Freitas

Edição gráfica: Ricardo Barreto

Telefone: (0482) 33-9215

Telex: (0482) 240 BR

Correspondência: Caixa Postal 472, Departamento de Comunicação e Expressão, Curso de Jornalismo, Florianópolis/SC

Acabamento e Impressão: Gráfica Fundação da Produtividade, Porto Alegre - 22.7756 e 22.6312

Distribuição Gratuita

Circulação Dirigida

## Adelmo foi retomado em seminário

"Não existe nada mais ousado no universo do que o Homem". A frase de Adelmo Genro Filho pode ser a referência para os três dias que marcaram as exposições e debates durante o seminário "Revolucionar o Marxismo", promovido pelo Curso de Jornalismo, Coordenadoria de Comunicação Social e Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, no auditório do Centro de Convivência da UFSC, nas noites de 17, 18 e 19 de agosto.

Na primeira palestra, o jornalista Sérgio Weigert (que substituiu o advogado Tarso Genro) e Vítor Schmidt — dirigente sindical e candidato a vereador pelo PT — abordaram a Política em Adelmo. Na noite seguinte, o jornalista Daniel Herz analisou "O segredo da pirâmide; para uma teoria marxista do Jornalismo", obra que considera a mais completa do ex-professor do Curso de Jornalismo, que faleceu em fevereiro último no Hospital Universitário de Florianópolis. No livro, Adelmo vislumbra o jornalismo como forma social de conhecimento da realidade, que se cristaliza no singular.

Na última noite, o pesquisador José Miguel Quedi Martins, do Centro de Estudos de Filosofia e Política de Porto Alegre, e novamente Sérgio Weigert, expuseram o entendimento de Adelmo Genro Filho sobre Filosofia e sua preocupação em fundamentar um sistema de categorias e concepções que fosse inacabado e sempre em construção, fundado em uma praxis humana que constrói e se constrói com o Homem e sua História.

# Seita Moon apóia Pedro Ivo

## Governo aceita

## dinheiro e Ele

## chega ao Estado

Mr. Moon é um profeta enviado por Deus que possui uma milícia armada para defendê-lo, só anda em carro blindado, tem em seu nome uma fortuna avaliada em 15 milhões de dólares, e agrega mais de três milhões de homens adeptos da seita fundada por ele, a Seita Moon.

De tempos em tempos esta seita se vê como notícia de jornais. Recentemente o Jornal do Brasil divulgou a escolha da miss e do mister universitário, que representarão o Brasil num concurso mundial no final do ano, em Tóquio. Esses jovens pouco sabiam sobre a seita ao se inscreverem no concurso, e são escolhidos não pela beleza física; mas sim pela beleza espiritual. A imprensa catarinense, há alguns meses atrás, dedicou algumas de suas páginas noticiando um importante encontro de empresário realizado no Hotel Castelmara. Na ocasião estavam presentes também, um representante da Seita Moon e o Vice-governador do Estado. Aproveitando o ensejo, o representante da seita passou às mãos de Casildo Maldaner um cheque no valor de 500 mil cruzados.

**Se você não conhece a Igreja da Unificação, talvez possa estar estranhando os fatos mencionados acima, porém nada há de estranho.**

Se você estivesse em crise, de saco cheio com a vida, pela rua encontrasse alguém jovem, bonito, alegre, sorridente, que lhe promettesse uma vida numa comunidade feliz, justa, fraterna, cujo objetivo é unificar todos os homens, qual seria sua reação? Você toparia entrar nessa?

O profeta Sun (sol) Myung Moon (lua) nasceu em 1920, na Coreia do Sul, e aos 16 anos, numa colina da sua cidade natal, foi escolhido por Deus para cumprir uma missão religiosa, contudo, somente anos mais tarde, depois de uma vida de luxúria, é que o mestre resignou-se a cumprir sua missão sagrada e tornou-se a trilhar os caminhos do senhor. Em 1954, Moon fundou a "Associação para a Unificação do Cristianismo Mundial" (AUCM). Depois da Coreia a seita se estendeu para os Estados Unidos e no fim da década de sessenta já se alastrava pela Europa.

O terceiro profeta (o segundo foi Jesus Cristo), prega, através de sua obra intitulada "Os princípios Divinos", que em breve todos os

cristãos se reunirão num único rebanho, e que o mundo será salvo de satanás e do comunismo pela terceira guerra mundial, que será vencida pelas democracias ocidentais. Para ele, os regimes totalitários materialistas representam Caim, e as democracias, Abel. O comunismo é obra de satanás, que tenta imitar a justiça do reino de Deus para iludir os homens. Por essa razão, Mr. Moon considera os Estados Unidos como o último verdadeiro reduto de Deus.

Há muito tempo o Senhor quer ajustar contas com o mal, e quase conseguiu isto quando o general Douglas Mac Arthur pretendeu lançar uma bomba atômica sobre 600 mil diabólicos chineses. Porém, satanás através de seus aliados americanos impediu este acerto.

Outra das pregações do mestre é que Deus se manifesta apenas através da riqueza, da prosperidade, e nunca através do sofrimento, da morte. Por isso,



ele não se incomoda em ser um multimilionário, possuir uma casa de 25 quartos, carros blindados, jatos particulares, dois iates (cada um no valor de 270 mil dólares) e várias empresas, inclusive uma que fabrica armamentos.

### Iniciação

Os futuros adeptos da seita, na maioria jovens insatisfeitos com a sociedade de consumo, são atraídos para ela através de "moonistas" que circulam pelas ruas, jogos esportivos e concursos de misses e misters, como o promovido em São Paulo. Ao se interessarem por esta nova maneira de viver, são encaminhados para um local alegre, acolhedor, onde farão sua formação.

Os iniciados cantam e assistem palestras que explicam que somos descendentes de Satã, pois Eva manteve relações sexuais com a besta, que Jesus foi crucificado e salvou a alma dos homens e ele (Moon) salvará o corpo.

Mais tarde, os iniciados devem dividir seus bens com o grupo, tornar-se obediente a seus superiores e dedicar-se integralmente à "comunidade". Diminuem os momentos de pausa e lazer, e os novos adeptos passam a repetir "mantras" por horas a fio, fazer exercício de silêncio, dormir de seis a quatro horas por noite e alimentar-se de arroz com alguns legumes misturados com um revitalizante, produzido por uma de suas empresas, o Ginseng. Estas atividades físicas e espirituais totalizam 16 horas diárias. Quando tornam-se missionários vendem cartões postais e jornais, e têm de completar uma determinada cota por dia, alguns chegam a trabalhar até 20 horas.

Ex-adeptos dizem que passaram alguns dias da iniciação, eles perdem a racionalidade e espontaneidade, e quando alguém lhe sugere abandonar a seita passam a desconfiar que estes são enviados do diabo lhes tentando.



A Igreja da Unificação proíbe cigarros e bebidas alcoólicas, bem como refrigerantes. O sexo é obra de Satã, por isso, os iniciados recebem doses maiores de tranquilizantes para diminuir seu apetite sexual. Somente Moon pode decidir quem casa com quem, e ele faz esta escolha através de fotografias. Mesmo no casamento, o sexo deve ser praticado apenas para a reprodução dos futuros herdeiros do reino de Deus.

Uma vez por ano Sun Myung Moon realiza um encontro mundial, onde realiza casamentos, declara os iniciados capazes para o serviço missionário e ministra palestras em que são comuns slogans como: "Não pensem! Ajam! Doravante eu serei o cérebro de vocês".

Normalmente, após estes encontros, Moon costuma jantar com personalidades políticas e grandes empresários. Entre seus admiradores existem pessoas famosas como Richard Nixon, que foi defendido publicamente por Moon quando do escândalo Watergate.

Freqüentemente surgem denúncias de que os iniciados são submetidos a lavagem cerebral e administração de drogas, porém, até agora nada pode ser provado. E assim mais e mais jovens continuam engrossando o número de participantes das passeatas anti-comunistas.

Preso recentemente nos Estados Unidos por sonegar impostos, Mr. Moon já se encontra novamente em liberdade para continuar a pregar o seu evangelho e aumentar o seu rebanho por aqueles escolhidos por Deus. Entre eles está o nosso Casildo Maldaner. Vejam só.

Ivan dos Santos

Não confie nesse sorrisinho: ele é destinado a ingênuos e ditadores de direita

# Derrotismo esvazia ato público

## Falta de adesão

## é sintonia da

## descrença geral

Foram raras as pessoas que aderiram ao ato público programado pelos servidores estatais no dia 24 de agosto, junto à Igreja de São Francisco, no calçadão da Felipe Schmidt. Os panfletos foram ignorados, amassados e jogados na rua. A indiferença era marcante e entre os próprios participantes havia apenas um acanhado apoio as reivindicações, que não foram poucas. Reposição das perdas salariais, não pagamento da dívida externa, luta contra a privatização das estatais e contra a reforma bancária "do FMI e dos banqueiros", além de saúde e educação pública para todos. Neste momento, provavelmente, o Palácio do Governo já tomou uma decisão sobre o documento, que chegou às mãos do governador Pedro Ivo Campos naquela tarde, contendo as aspirações dos manifestantes e solicitando uma audiência com dia e hora a ser determinada.

Cerca de 300 pessoas entre previdenciários, processadores de dados, estudantes secundaristas, bancários, integrantes da ALISC, CUT, ASUFSC, FETESPE, DCE, e alguns militantes do PT e do PCB, estavam presentes.

Segundo a presidente da Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), Ideli Salvatti, "foi necessária uma paralisação para que o

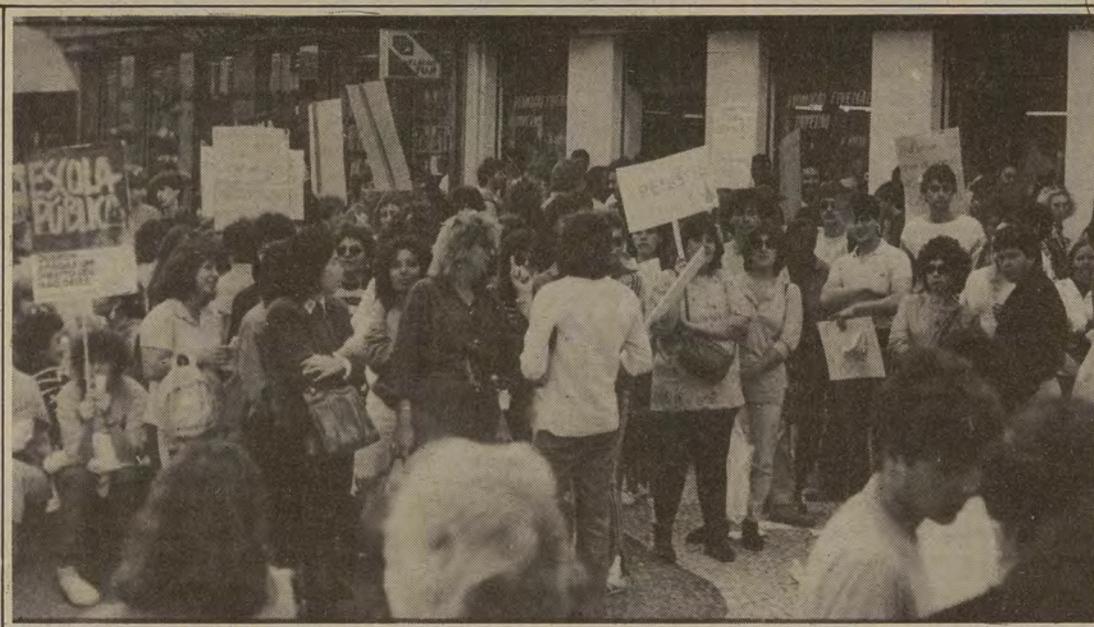


Foto: Romir Rocha / Zero

governo se sensibilize diante das propostas formuladas e atenda o nosso pedido". Atualmente, a situação das escolas públicas é desesperadora, conta ela, denunciando a falta de material didático, condições de trabalho, carteiras, salas de aula, e ainda, o salário baixo que recebem os poucos professores que se propõem a ensinar. Esta falta de verbas, "é um incentivo a procura da escola particular, o que interessa ao governo".

Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual (FETESPE), Antônio Battisti, o dia nacional de lutas foi utilizado com o objetivo de reivindicar direitos e buscar uma solução imediata para a situação dos servidores estatais. Os direitos, são a incorporação aos salários de 200% referentes aos juros e correção monetária dos gatilhos pagos com o

atraso, e reajuste de 80,3% sobre esse valor.

### Vai pegar fogo

Ronald Ferreira dos Santos, secretário geral do Diretório Central Estudantil (DCE), acredita que esta paralisação mostrou que a população não está calada diante da crise econômica do país. "Participamos para ajudar a unificação de todos os sindicatos, e com isso barrarmos o avanço da direita no Brasil, e ao mesmo tempo, conseguirmos nossos direitos".

A posição dos estudantes secundaristas, representados por Nicolau de Almeida, diz respeito aos decretos leis que o governador Pedro Ivo Campos assinou. O decreto mais polêmico e causador da paralisação, é o de 1977, afirmou ele. Este decreto

aumenta em cinco minutos a carga horária, ou seja, cada aula passou de 45 para 50 minutos. Isso impossibilita muitos estudantes do estado, principalmente de Joinville e Criciúma, consigam trabalhar e estudar. "Assim estamos deixando de estudar parasomente trabalhar", completou.

O ato público se encerrou às 18 horas, após vários discursos das entidades presentes. Porém a luta não terminou, como avalia Idele Salvatti. "Se não forem atendidas nossas reivindicações até o dia 24 de setembro, todos os servidores públicos estaduais participarão de uma greve geral, e aí a coisa vai pegar fogo".

Rafael Masseli

## Clientelismo ameaça ensino

Uma situação miserável: falta merenda, faltam cadernos, giz, cadeiras, funcionários, pagamentos. O simples fato de "dar educação para todos" provoca transtornos no sistema educacional de Santa Catarina. Logo no começo do ano foi a questão da falta de lugar para a grande quantidade de alunos matriculados. E desde o ano passado os professores municipais vêm reclamando pela equiparação salarial.

Diante de tantos problemas, surge uma proposta: municipalizar. O objetivo é garantir que todos os catarinenses de 7 a 14 anos tenham acesso a escola pública de pré-escolar a 19 grau. Além de ser uma das metas da municipalização, o ensino primário é, por ele, obrigação da prefeitura. Outra proposta é assegurar que a educação básica seja eficiente e de qualidade.

É nesse ponto que o Projeto vai atuar mais diretamente, mas "para isso é preciso descentralizar", afirma o coordenador Arlindo Giacomelli. Ele explica que o município tem melhores condições de atender às escolas devido a proximidade entre elas e a prefeitura, e o fato de dispor de mais recursos que as UCRES. "Através do Estado o processo é muito lento. Um professor que precisa de giz e cadernos resolve comprá-los com o próprio dinheiro, em vez de esperar, às vezes por mais de seis meses, que o material chegue", justifica Celso Wiggers, participante do grupo que está desenvolvendo o Projeto.

Através de convênios entre prefeituras e Secretaria da Educação, até agora três cidades decidiram descentralizar. Mas esse é um processo demorado. Ter uma administração moderna e ágil, conseguir a transferência dos recursos financeiros da União e do Estado para o Município e capacitar adequadamente seu professorado, não acontece de um dia para o outro. Além disso, existe o risco de que o clientelismo seja

### Municipalizar é a saída?

"A Municipalização é inviável. A prefeitura não tem condições nem de manter as escolas pelas quais é responsável". É assim que a professora da Escola Desdobrada Retiro da Lagoa, na Lagoa da Conceição, Sílvia Maria Werner Pinto, pensa sobre a proposta da Secretaria da Educação.

Ela trabalha 20 horas semanalmente e ganha Cz\$ 12 mil por mês. "Por esse dinheiro sou professora de duas turmas ao mesmo tempo. Saio de casa, na Trindade, ao meio-dia para pegar o ônibus, onde já se vão Cz\$ 2 mil por mês", diz desanimada. Além disso, Sílvia trabalha ainda como auxiliar de direção numa escola do Pantanal.

"Hoje em dia, a gente exerce a profissão só mesmo por amor". Para ela, os alunos são como seus filhos e é assim que os chama. E é mais como mãe do que professora, que atende um a um, ensinando, explicando e

incentivado nos lugares que fizeram o convênio.

Como os municípios, através da Câmara dos Vereadores, decidem se querem a Municipalização ou não, as rixas políticas interferem. "Pode ocorrer casos em que a Prefeitura assumas as escolas estaduais com o único objetivo de conquistar mais um espaço político, em vez de se preocupar realmente com o ensino", afirma Wiggers. Outro problema que

corrige. Numa escola pública, principalmente Isolada ou Desmembrada; as atividades do professor não se resumem em passa a matéria. A professora, por vezes, acumula os 'cargos' de cozinheira e faxineira, como aconteceu no mês de agosto. "O prefeito disse que não tinha verba nem para dar a merenda, a comunidade é que mandava alguma coisa para as crianças comerem", diz Sílvia. E mesmo agora que a prefeitura deu um jeito nesses problemas, a merenda tem que ser reforçada pela comunidade, senão, é só beterraba, cenoura e soja.

Com duas faculdades, História e Geografia, e 17 anos de magistério, Sílvia Werner já deu aulas no Colégio Coração de Jesus e em Itajaí, onde está fazendo Pedagogia. Por causa da sua nova faculdade teve que sair do Coração de Jesus, pois lá não permitiam que trabalhassem e estu-

a proposta pode trazer, também relacionado com os interesses políticos, é a contratação de "cabos-eleitorais e amigos do Prefeito" através da lei federal 6.032/82. Essa lei permite que sejam contratados professores por tempo limitado e sem concurso. Mas se o profissional exercer o magistério por cinco anos ininterruptos ou dez intercalados, poderá ser efetivado.

dasse. "Eu não poderia ir às reuniões que são feitas à noite", declara ela.

Além de já ganharem pouco, os professores municipais estão há seis meses sem receber a URP e não têm Plano de Carreira. Para Sílvia, o Plano é muito importante, pois a qualidade de ensino já é baixa e o governo não dá o menor incentivo para que a situação mude. Na verdade, para ser professor de primário a lei exige apenas o Magistério ou Normal. Segundo o coordenador do projeto de Municipalização, Arlindo Giacomelli, mais de 50% do professorado catarinense não tem nem essa formação.

Sílvia Zamboni

## Pesca

## agora vai ter escola

A primeira Escola Técnica de Pesca e Construção Naval do país está sendo construída no campus universitário da Fepevi, em Itajaí. Orçada em Cz\$ 600 milhões, a obra terá 6500 metros quadrados, com seis blocos onde funcionarão laboratórios, salas de aula, refeitório e alojamento para os estudantes que vierem de fora. A escola terá nível de 29 grau e poderá abrigar mais de 500 alunos nos próximos anos, divididos entre as turmas de pesca (70 vagas/ano) e de construção naval (30 vagas/ano).

A possibilidade de implantar a escola surgiu quando o senador Jorge Bornhausen, então Ministro da Educação, levou o pedido ao presidente Sarney, em 1987. Há oito anos que não se construiu uma escola técnica, e não havia nenhuma dedicada à pesca entre as 200 existentes no País. As obras foram iniciadas em março deste ano, depois de vários meses de negociação, e deverá estar concluída até fevereiro do ano que vem.

A escola, totalmente gratuita, terá aulas em período integral (oito horas/dia), apenas com pausa de uma hora para o almoço. Desde o início, o curso se caracterizará pelas aulas práticas nos laboratórios e no mar, em barcos da própria. Com isso os alunos estarão totalmente aptos logo que concluírem o curso.

A repercussão a nível nacional que a escola vem tendo fez com que a diretoria desse prioridade à admissão de alunos que já estejam ligados direta ou indiretamente à pesca. "A procura tem sido muito grande e o número de vagas é limitado, mesmo antes da escola entrar em funcionamento", justifica Edison Vilela, diretor da Fepevi e principal colaborador do projeto. Ele disse também que há planos para a instalação de uma engenharia naval a Fepevi a médio prazo. Ela servirá aos alunos que desejarem aperfeiçoar seus conhecimentos do nível técnico para um estágio mais avançado.

A instalação da Escola Técnica de Pesca vem ocupar um espaço até então ignorado pelas autoridades. Vilela afirma que apesar da pesca representar a terceira fonte de alimentos do Brasil, nunca houve uma real proposta de aperfeiçoá-la, formando profissionais especializados ou utilizando técnicas modernas.

Esta afirmação pode ser constatada se verificarmos que aproximadamente 10 milhões de pessoas trabalham com a pesca no país (conforme dados do IBGE de 1980), e 80% dela ainda é feita artesanalmente. O uso de alta tecnologia fica restrito às grandes empresas como a Pescados Kowalsky Ltda, que tem sua matriz em Itajaí. A empresa utiliza, por exemplo, um sonar-radar que detecta a localização do cardume, agilizando o processo da pesca.

Renata Rosa

# Miséria castiga índios de Chapecó

## Artesanato não

## supre suas

## necessidades

Eles trocaram o sossego de sua reserva indígena pela movimentação da cidade, abandonaram o trabalho agrícola para viver mendigando um pedaço de pão, optaram viver sob barracos do que vier em suas próprias casas. Este é o perfil do grupo de índios caingangs que moram numa das regiões mais valorizadas de Chapecó, na Avenida Getúlio Vargas. Há mais de dez anos, os "caingangs" saíram de sua reserva indígena na cidade de Nonoai-RS, com a esperança de melhorar de vida com a venda de seu artesanato. Hoje são cerca de 30 índios vivendo em cinco barracos sem condições mínimas de higiene, e ninguém, nem mesmo a FUNAI, tentou colocá-los local.

A FUNAI alega que não tem condições de remover os índios para um local apropriado, pois está nos estatutos da instituição, que só recebem ajuda os que estão dentro das reservas indígenas. E a Igreja, que é proprietária do terreno, não se importa com a presença dos índios, pois não há planos para o terreno de seis mil metros quadrados.

O bispo de Chapecó, Dom José Gomes, acha que "a FUNAI deveria tomar algumas providências para retirar os índios do terreno, pois mostram uma imagem negativa para a cidade, pois eles vivem em completa miséria, e isso repercute mal na sociedade". Há dois anos Dom José ofereceu um terreno afastado da cidade para que os índios construísem suas casas, "mas a FUNAI não quis negociar com a maior cara de pau", diz Dom José.

Os índios acostumados a viver em condições de miséria, tudo que conseguem é através do seu próprio esforço na venda de artesanato. Ficaram revoltados ao saber que a FUNAI anda mentindo ao dizer que manda comida e remédios para o grupo. Da palavra FUNAI, eles querem distância.

### Artesanato

A produção do artesanato é feita pela maioria do grupo, todo trabalho é feito em conjunto, mas o lucro fica para quem vende o produto. São produzidos cestos, balaios, arcos e flexas. O custo do artesanato fica em torno de 600 cruzados. O material utilizado é a taquara e tinta especial para tingir. Todo artesanato leva a marca "Caingang".

O grande problema que os índios enfrentam é o preconceito que a sociedade tem sobre eles. A dificuldade se reflete quando os



Foto: Rute Enriconi / Zero

Ficar fora da reserva é opção para a marginalidade

Índios vão para a rua. Isso gera um problema muito grave: o índio não tem condições de viver somente de seu trabalho, o que acontece com frequência são caingangs pedindo comida ou dinheiro nas casas ou na Igreja.

Para o chefe do Setor de

Saúde da FUNAI, "em sua maioria, os índios acabam se marginalizando, perambulando pela cidade bêbados."

O alcoolismo, é verdadeiro pois apesar da proibição da venda de bebidas a índios, por lei, na cidade a venda é livre.

O "caingang" Sebastião Pedroso, acha que "está tudo bem", não se importa em ter que dividir seu barraco com mais cinco pessoas — talvez ele já tenha se acostumado. Suas roupas não conseguem evitar o frio de uma tarde de julho. Seus filhos não frequentam e nunca frequentaram escola. Sua filha de pés descalços corre sem parar para esquentar o corpo que está coberto com uma blusa rasgada de algodão. A fogueira fica acesa de manhã à noite, e em sua volta ficam rostos sofridos de velhos e crianças — a maioria. Parece que o tempo parou. Os índios hoje, ainda não saíram da situação que se encontram há muitos anos atrás.

Talvez os "caingangs" não saibam, mas foi aprovado na Constituinte o direito da propriedade nas áreas urbanas. Quem está por mais de dez anos nas terras terão direito sobre elas. Basta saber se a Constituição vai garantir o que foi aprovado. Só assim os índios "caingangs" teriam condições de construir suas próprias casas só com a venda do terreno. E talvez, num golpe de sorte, finalmente poder sair do século passado, com direito a saúde e alimentação.

Rute Enriconi

# Toldo Chimbang: terra traz discórdia

## Funai abriga

## outras tribos.

## Donos

## desaprovam

Na reserva indígena do Toldo Chimbang, em Sede Trentin a 20 quilômetros de Chapecó, o que se vê não são mais casas de palha nem índios nus, de caras pintadas e com enormes sorrisos. Nesse projeto de aldeia, os índios vivem em casas de madeira bem construídas, espalhadas entre muita terra para se plantar. Na reserva há índios com caras de índio e índios com cara de branco. Em vez dos sorrisos enormes, caras amarradas são sinal de que algo não vai bem.

Os chimbangs estão em Sede Trentin desde 1986. Antes as terras eram ocupadas por agricultores, que devido o conflito com os índios pela posse das terras, foram retirados dali em troca de um pagamento. Reconhecido o direito da tribo Chimbang de posse das terras, os índios mudaram-se da Costa do Rio Irani, onde moravam, para sua nova reserva. Teve início então um novo conflito. Só que desta vez entre os próprios índios.

Desde que os chimbangs conquistaram as terras em Sede Trentin, chegam quase que diariamente, índios do Rio Grande do Sul e Paraná, que com o apoio da Funai, vão ficando na reserva. Isso vem causando vários problemas, pois os chimbangs afirmam serem os únicos com direito pelas terras. A Funai por sua vez defende os outros índios, alegando que a comunidade indígena deve ser uma grande aldeia, onde há lugar para todos.

Essa história acabou separando a reserva em dois grupos. Os chimbangs são liderados pelo cacique Jucelino. O cacique Candinho é o líder dos outros índios, que vieram na sua maioria das reservas de Nonoai e Vontoro (RS).

O "Tronco Velho", como é chamada D. Ana, a índia mais idosa do Toldo, não se conforma com essa situação. "Esses índios foram chegando e destruindo tudo. Estragaram as casas que antes eram dos colonos, tiraram a cana que nós plantamos, ocuparam nossas terras sem pedir licença." D. Ana diz que agora, ninguém mais se conhece na reserva — "Nem cumprimentá a gente eles cumprimenta, passam na frente da nossa casa e nem olham" — reclama a velha índia enquanto fuma seu palheiro. No Toldo, não há quem não conheça a D. Ana. Sua filha Camelina da Veiga, conta que não se resolve nada na tribo, sem consultar o "Tronco Véio".

Cerca de 80 famílias moram na reserva. Elas vivem basicamente da

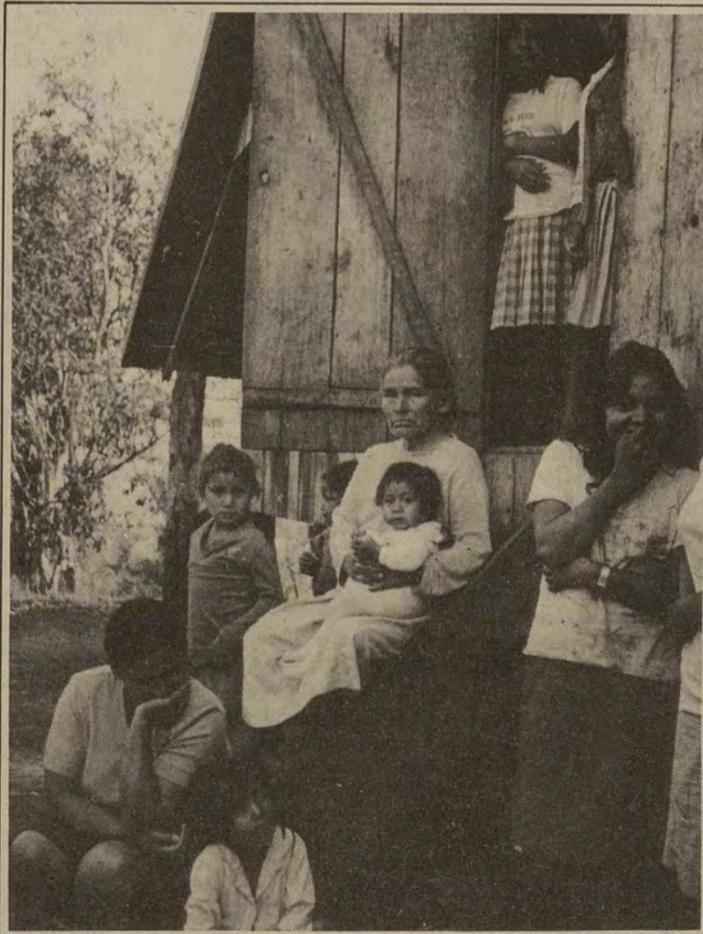


Foto: Ilka Goldschmidt / Zero

Párias desde 1500

agricultura de subsistência, plantando milho, batata-doce, feijão, amendoim e frutas. Alguns produtos são trocados por roupas ou vendidos para a compra de alguns utensílios. Quase ao lado da escola do Toldo, está instalado o Posto da Funai, onde mora o Seu Bepe, que está na reserva há um ano. Segundo ele a Funai antes tinha medo de colocar alguém morando no meio dos índios. Seu Bepe afirma que a situação da reserva já foi pior. "Os índios agora se acomodaram, não querem mais brigar, estão até fazendo amizade."

Para o Bispo de Chapecó, Dom José Gomes, a Funai trouxe os índios de outras áreas para o Toldo com a intenção de dominar a reserva, uma vez que os chimbangs não querem a presença do Posto da Funai no Toldo. A briga dos chimbangs com a Funai, segundo o Bispo, é porque o órgão nunca manifestou-se a favor dos índios quando do conflito com os colonos.

O que percebe-se em toda essa situação, é que de um lado está a Funai, favorecendo os índios das outras áreas que vem instalar-se no Toldo, e do outro lado a igreja católica, que através do CIMI (Comissão Indigenista Missionária), defende os chimbangs. Um prato cheio para um grande conflito que, conforme os interesses pode ou não evoluir.

Ilka Goldschmidt

# Compadre de vereador vira nome de rua

**Desconhecidos e corruptos lutam pela honraria**

Início de noite na Câmara de Vereadores de Florianópolis. O relógio desistiu de protestar contra o atraso habitual da sessão e nem badala mais. Finalmente chega o sétimo vereador para completar o quórum mínimo da casa, cuja folha de pagamento aponta 21 parlamentares. A voz de um funcionário se encarrega de ler o projeto, perguntar se há alguma objeção e imediatamente declarar aprovado o nome de João da Silva para a rua tal. Quem estava neste momento no cemitério jura que da tumba o defunto João saíram ruídos e até uma frase: "mas... por que eu?"

A resposta é simples. Antes de ser uma homenagem às personalidades de biografias irretocáveis, a nomeação de ruas na capital virou jogada política para conquistar a simpatia — leia-se votos — de uma determinada comunidade, mesmo que seja daquele minúsculo quarteirão para o qual João da Silva não é um desconhecido. "As placas fincadas nas ruas de Florianópolis estão longe de preservar a memória histórica municipal", lamenta o historiador Walter Piazza. Basta que se consulte um vereador, eleja uma das 1.300 ruas e se escreva uma biografia heróica capaz de dar sustentação a um nome banal para que a Câmara transforme o



Time Out

mais corrupto dos cidadãos em via pública, sem qualquer investigação.

Açougue ou Bragança?

As coisas eram diferentes quando a cidade não passava de um tímido povoado, em seguida promovido à condição de Vila do Desterro, no século XVI. Até 1816, nenhuma das ruas de Desterro eram calçadas mas atendiam por singelos nomes escolhidos por seus moradores. Todo mundo conhecia a Rua do Açougue, a da Bica, a da Lapa, a da Pedreira, a do Alecrim, a Rua das Olarias, a da Paz, a da Fonte dos Ramos, a do Cortume. Foi só instalar o regime imperial no Brasil para que os nomes "que realmente diziam ao coração do povo", conforme o estudioso Oswaldo Rodrigues Cabral, cedessem lugar para a rua dos Bragança, do Príncipe, da Princesa, da

Imperatriz, para a Rua Augusta.

Dali há 67 anos a nobreza era deportada para as travessas dos subúrbios florianopolitanos e os plebeus republicanos invadiam as ruas principais da cidade. A população resistia em abandonar a nomenclatura anterior mas os correios só entregavam correspondência que viesse com os nomes oficiais, como era os de Tiradentes, Deodoro, Silva Jardim, Frei Caneca, Padre Miguelinho, Anita Garibaldi e Nunes Machado. Por esta época, também, quase todos os que haviam lutado na Guerra do Paraguai ganhavam como recompensa uma via da cidade. Foi desta leva que surgiu a Tenente Silveira, a Fernando Machado, a General Bittencourt, a Álvaro de Carvalho e a Marechal Guilherme.

Ninguém ousa dizer que os brios e os heroísmos dos catari-

nenses das últimas gerações andam em baixa, mas o que vem acontecendo desde 1900 é a nomeação de ruas por critérios emocionais. "Basta uma morte repentina e trágica para gabaritar uma pessoa para uma placa de rua", revela Walter Piazza. Ele conta casos como a da estudante Emir Rosa, que chocou as colegas ao morrer de repente de meningite — há quem afirme que foi leucemia — e por isso tornou-se rua do Colégio Coração de Jesus. Jorge da Luz Fontes foi brindado com uma rua por ter morrido numa mesa de bar, por volta dos 40 anos. "Quando muito ele brincava o Carnaval de Florianópolis", garante o historiador Piazza. Seu mérito: era filho do governador.

Maçonaria

Foi com este desleixo histórico-cultural que a capital

catarinense chegou aos dias atuais. Os erros cometidos pareciam estar próximos da correção quando na euforia do início da gestão Andriano, o prefeito encarregou o Conselho Estadual de Cultura de selecionar personalidades que dessem crédito às avenidas municipais. De uma relação extensa enviada pelo Conselho, foram sacados alguns nomes e destinados a uns poucos becos da periferia. Iaponan Soares, ex-integrante do órgão, acredita que "as biografias preferidas pelos parlamentares são as de ex-pracinhas que lutaram na Itália ou de homens ligados à maçonaria", condições nem sempre cumpridas pelos intelectuais indicados.

Uma das atitudes mais vergonhosas apontadas pelos historiadores catarinenses é a complacência dos parlamentares em aceitar nomes de pessoas vivas para as ruas. "Acho isto imoral, vocifera Iaponan Soares, lembrando que "os indivíduos de recursos passam a ser personalidades reconhecidas publicamente". É o que acontece principalmente em Canasvieiras, onde a Rua Arno Seara é só um exemplo.

Por isso, candidatos ao estrelato fácil, animais-vos. Restam cerca de mil ruas sem nome e um bom número de vereadores ansiosos em garantir a reeleição com promessas que vão além das profecias de Andy Wharol. Se o mestre da arte-pop previa que no futuro todos seriam famosos pelo menos por quinze minutos, os políticos se dispõem a proporcionar uma fama prolongada aos seus afilhados. Não seria uma boa dica de presente para o próximo Dia dos Pais?

Heloísa Dallanhol

## Festival de bobagens é decidido na Câmara

**E explicado como anseios e serviços ao povo**

O trabalho realizado pelos vereadores de Florianópolis está todo lá, registrado nos anais da Câmara de Vereadores. São dados históricos e resoluções importantes, como a regulamentação do comércio de orquídeas, auxílio ao recordista mundial, título para Vera Fischer. Enfim, até agora a Câmara de Vereadores tem se resumido a isso. Algumas bobagens com pompa de legislação.

Em 1947, nascia a primeira lei na Câmara. Ela tratava da

pensão remunerada à viúva de um funcionário público. De lá para cá, o quadro não mudou muito.

No ano de 1951, foi aprovada a lei 95 que concedia auxílio a um esportista. Três anos depois a preocupação era regular o comércio de arquiúdeas na cidade. Outra lei que merece destaque é a de concessão de prêmios a quem recolhe animais soltos. Parece que os problemas da cidade se limitam a cachorros que transitam entre os pedestres ou gatos que atravessam as noites escuras sem sinalizar.

Outras leis foram baseadas na concessão de terrenos a clubes ou associações, sem falar nas declarações de utilidade pública a diferentes entidades como a Tenda Espírita do Vovô Benedito ou a União Beneficente dos

Chauffers de Santa Catarina. Dos 207 projetos de lei votados este ano, 148 se resumem nestas declarações ou então em denominação de vias públicas.

O vereador Lauro Luiz de Andrade (PDS) diz que estas leis são serviços prestados ao povo. Para ele, o objetivo dos vereadores é representar os anseios dos cidadãos, mas muitas vezes isso se torna difícil. "Nós temos pouco poder nas mãos. Não podemos enviar projetos de ordem financeira ou orçamentária e assim nossa área de atuação fica limitada".

Alcino Vieira (PDS) explica que os vereadores só podem lançar propostas na área de saúde, educação, viação e obras e algumas outras de menor importância. Esses projetos devem ser

encaminhados à Comissão de Justiça, depois de serem lidos em sessão. Posteriormente, seguem para suas respectivas comissões onde se decide o mérito da proposta. Depois disso, vem a fase da votação no plenário e em caso de aprovação, o projeto é encaminhado ao prefeito. Se ele decidir pelo veto, volta a ser discutido na sessão, onde só será aprovado definitivamente ao obter 2/3 dos votos. Isso parece difícil, já que não é possível encontrar os vereadores na Câmara, em seu horário de trabalho. Seria importante que se fizesse um esforço concentrado como o da Assembléia Nacional Constituinte.

Para Adir Cardoso Gentil (PFL), alguns problemas ainda estão pendentes, mas muitas soluções positivas foram tomadas.

"O crescimento em Florianópolis tem sido grande e devemos tomar cuidado com isso. É importante zelar pela cidade e para isso realizamos inúmeras obras, como as reformas dos colégios".

Lauro Andrade acrescenta que na tentativa de representar o povo, está propondo a padronização das proteções de cor amarela encontradas nas calçadas. Segundo ele, essas proteções muitas vezes atrapalham o caminho dos velhinhos e dos cegos.

Com todas as demonstrações de "competência" dos vereadores fica a certeza de que algo deve ser feito. As promessas não convencem mais. As eleições estão aí.

Daniela Aguiar



## Mirad devolve assentamento a latifundiário

Depois de entrar no mercado de compra de terras, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário já pensa até em devolver 5.823 hectares da Fazenda Parolin, em Itaiópolis, aos antigos proprietários. É parte do assentamento "25 de Maio", marco das primeiras invasões de terras em Santa Catarina.

No decreto desapropriatório consta que a gleba tem 5.536 hectares. Pelas medidas do Mirad deu 7.219 ha. Inicialmente foram levada para lá 200 famílias. Hoje restam 74. As outras foram transferidas para novos acampamentos. Somente 50 famílias vão permanecer numa área de 1.396 ha, daquilo que é o primeiro assentamento de Santa Catarina. O Mirad acredita que os ex-donos preservam melhor uma das últimas reservas nativas de canela e sassafrás do Estado, localizada na fazenda.

O delegado regional do Mirad/SC, Jacó Anderle, arrola ainda uma desculpa histórica para devolver a terra aos latifundiários: em junho de 1985, antes da decretação do Plano Nacional de Reforma Agrária, fez um acordo com os sem-terra para desapropriar 20 mil hectares em três meses. "Isso precipitou algumas decisões. O Inca admite que cometeu erros graves: a desapropriação do Morro do Taió, a Fazenda Parolin e o

imóvel Rio da Prata, em Ibirama, áreas de preservação florestal dos contrafortes da Serra do Mar. O Morro do Taió deverá ser trocado por duas outras áreas de expropriação.

### Terra de sobra

Para resolver o problema de 800 mil trabalhadores rurais de Santa Catarina que não têm um palmo de terra onde plantar, seriam necessários em torno de dois milhões de hectares de terra. Por alguns anos, bastaria desapropriar de 200 a 300 mil ha. "Isso serviria para amenizar a situação, mas não temos qualquer previsão de quando chegaremos aos 200 mil ha. Em 88 ainda não desapropriamos nenhuma área", informa Anderle.

O Mirad desapropria menos terra do que os bancos comerciais hipotecam para saldar dívidas. Em dois anos, os bancos se apoderaram de mais de duas mil pequenas propriedades rurais inadimplentes. Agora o Mirad/SC entrou para o mercado de compra de terras. Já adquiriu cerca de 10 mil hectares.

No caso de desapropriação, há mais contestação na justiça, é mais difícil chegar a um acordo com o proprietário do imóvel. Prova disso são os 5 mil ha. que se encontram sub-judice. E a justiça retarda a imissão de posse. Anderle

explica que a aquisição de terras, por escritura pública, é uma forma mais amigável e agiliza o processo. O pagamento é feito em títulos da reforma agrária, cada um no valor de 5 OTNs, podendo ser resgatados em cinco anos, com juros após o segundo ano. A nova fórmula revela inclusive que o governo do Estado tem terra de sobra. A Cidasc quer vender ao Mirad três glebas (573 ha.) localizadas em Itaiópolis, Rio Negrinho e Mafra.

O Movimento dos Sem-Terra contabiliza atualmente 140 mil famílias de acampados em SC. Estima também que, se fossem desapropriados todos os latifúndios do Estado, cada uma destas famílias poderia ser assentada numa área de 35 hectares. Mas a "boa" vontade do governo em realizar a reforma agrária está expressa no decreto nº 2.363, de outubro de 87, que extinguiu o Inca e impede desapropriação em área de menos de 250 ha, mesmo que improdutivas... no mingado orçamento de Cz\$ 145 milhões para o Mirad em 88 e no golpe que a UDR aplicou na Constituinte.

Geraldo Hoffmann

## Deputados evitam seguro rural

O projeto de lei que dispõe sobre Seguro Rural está novamente tramitando na Assembléia Legislativa. Mas, segundo a líder do PT, Luci Choinaski, será muito difícil colocá-lo em votação ainda este ano. Isto porque, a eleição municipal está mexendo com o clima da Assembléia, numa situação contraditória onde a política prejudica a população.

Este seguro cobre o custeio agrícola, o agropecuário e ainda a vida do agricultor e de sua família. E foi justamente por causa do seguro de vida que foi adiada a votação do projeto que deveria ser realizada no dia 17 de maio deste ano. Com o plenário tomado por agricultores e sindicalistas de 120 municípios do estado, os deputados não tinham como votar contra o projeto. Assim, o líder do Governo, Iraf Zílio, apresentou uma emenda adiando a votação.

A reivindicação do Seguro Rural é antiga. O projeto surgiu no ano passado depois de uma série de discussões em assembléia de agricultores e seus sindicalistas por todo o estado. Experiências no Rio de Janeiro, Minas Gerais e principalmente em São Paulo, que implantou o seguro em 1943, com ótimos resultados, estimularam ainda mais os agricultores catarinenses.

O projeto assegura lavouras de até 20 hectares que se tornaram economicamente inviáveis devido a fatores externos, como problemas meteorológicos, doenças e pragas. Não serão deixados de lado os posseiros, arrendatários e meeiros. O Seguro Agrícola quer superar falhas do Proagro (Programa da Atividade Agropecuária), que segundo Luci Choinaski, muitas vezes deixa de pagar seguro ao agricultor, prejudicando a plantação do ano seguinte. Com o Seguro Rural, o agricultor pagará de 2 a 5% do valor real médio do custo da região. Com isto não inviabiliza o projeto nem sofre prejuízos.

Como o projeto mexe em questões financeiras, já que o seguro deverá ser coberto por uma seguradora criada pelo Estado, ele foi apresentado ao governador, antes de ir a votação. Isto aconteceu no dia 30 de agosto de 1987. Não recebendo nenhum tipo de resposta de Pedro Ivo, Luci Choinaski encaminhou o projeto à Assembléia. Segundo a líder do PT, este projeto não sairá da Assembléia Legislativa tão cedo, e muito menos com uma resposta positiva, mostrando que o governo não está muito preocupado com a real situação do pequeno e médio agricultor.

Sílvia Regina Pavesi



# "Santa" demite e processa jornalista

Patrão não respeita nem a própria palavra



Que a nova administração evite esta cena

Cinco dias de braços cruzados, em protesto ao sistemático atraso no pagamento dos salários. Por esta atitude dos jornalistas do jornal de Santa Catarina, o empreiteiro Nilton Reis, proprietário do Diário, demitiu sete profissionais — cinco da sucursal de Florianópolis e dois de Joinville — no dia 27 de julho. As demissões ocorreram mesmo depois do empresário ter assinado documento, no Sindicato dos Jornalistas Profissionais, comprometendo-se a não demitir nenhum funcionário em virtude do movimento.

A greve foi deflagrada a partir do dia 12 de julho, já que os salários referentes ao mês anterior não foram pagos e não havia resposta positiva por parte da direção da empresa. Até o dia 15 de julho, os profissionais de Florianópolis realizaram manifestações e distribuíram panfletos, no centro da cidade, com o objetivo de sensibilizar a direção do jornal a cumprir a legislação e pagar os salários atrasados. No entanto, a resposta ao movimento grevista, veio em forma de telex da empresa — em Blumenau — para a sucursal de Florianópolis, oferecendo "vales" aos jornalistas.

Somente no dia 15, Nilton Reis sentou à mesa de conversações com representantes do sindicato e da redação, na capital para assinar um documento afirmando que pagaria até o dia 18 do mesmo mês. Além disso, comprometia-se a não descontar os dias paralisados, não demitir funcionários e a tomar providências para executar o pagamento de forma mais adequada a partir do mês seguinte. Passados 12 dias do final da greve, ocorreram as demissões sem justa causa e a razão alegada no aviso prévio, era a contenção de despesas.

De acordo com as decisões tiradas em assembléia, durante a greve, os profissionais que não foram demitidos, decidiram reivindicar a readmissão dos colegas. "JSC Não Paga e Demite", era o título do panfleto distribuído à população pedindo a reintegração dos demitidos. "O 'Santa' não paga os salários em dia, não paga hora-extra, não faz o depósito mensal do FGTS e nem dá condições dignas de trabalho aos seus funcionários", era uma das denúncias que constava no panfleto. Porém, só ocorreram duas demissões, recentemente, porque o "Santa" foi vendido e o novo grupo que detém o controle acionário preferiu chamar esses profissionais.

Perseguição

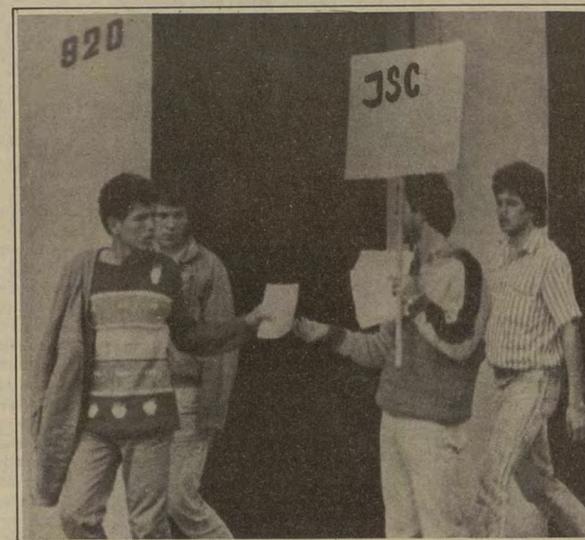
Uma crítica literária sobre o livro "Minha Razão de Viver — Memórias de um repórter" provocou suspensão, inquérito administrativo e processo contra o repórter e delegado da FENAJ, Moacir Loth, do Jornal de Santa Catarina.

Loth compilou, sob o título "As lições de Wainer", na edição de 24-25/07/88, pág. 3 do Caderno C do JSC, trechos do livro que condenam a ingerência de empreiteiros no jornalismo brasileiro. O dono do "Santa", Nilton José

dos Reis, vestiu a carapuça. Esbravejou contra as citações "altamente condenáveis", suspendeu o "desabonado" (sic) jornalista e o ameaçou de agressões físicas.

O inquérito administrativo responsabiliza Loth pela reportagem assinada. Concluiu também que o jornalista teve postura nada recomendável — advertindo que sua repetição resultará em enérgica ação da empregante, passível de demissão.

O Sindicato dos Jornalistas de SC vê, na grosseria do empreiteiro Nilton Reis, perseguição a um dirigente sindical e ataque à liberdade de imprensa. "Se tivessem que processar alguém, esse alguém seria o próprio Wainer", ironiza Loth.



Panfletagem: única arma segura

## Dono de jornal acha que leitor é burro

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, Celso Vicenzi, está preocupado com a alta rotatividade nos meios de comunicação do Estado. Apesar da crise econômica que assola o país, ele acredita que muitas demissões que têm ocorrido ultimamente têm caráter eminentemente político. Segundo ele, a tendência é haver retaliação, toda vez que os jornalistas atingirem maior organização e partirem para o confronto com o patrão. Ressalva, no entanto, que "o importante é não deixar de lutar". Nessa conversa com o Zero, Vicenzi que se formou no curso de jornalismo da UFSC, fala de problemas da categoria e da necessidade de consciência do jornalista enquanto trabalhador.

**ZERO** — Como se deu a decisão do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina de fechar o mercado, para o ingresso de novos irregulares a partir do dia dois de agosto?

**CELSO VICENZI** — Estávamos analisando o problema há muito tempo, tanto que se chegou a constituir uma comissão de regulamentação profissional, integrada por um jornalista, um estudante do Curso de Jornalismo e um irregular. Essa mesma comissão, depois de estudar o problema, concluiu que, ou você aplica a lei e cria um problema social muito grave, ou deixa como está e também cria um problema social e grave. Cada vez mais as empresas de comunicação estão substituindo mão-de-obra qualificada e regularizada, por pessoas, muitas vezes, estranhas à profissão. O mercado tem que ser, de certa forma, protegido para as pessoas que querem viver dessa profissão e que estudaram para isso. Então, surgiu a sugestão da comissão, votada em assembléia geral — incluindo os votos dos irregulares — de que se fecharia o mercado a partir da data da assembléia. Isso é uma primeira tentativa de evitar que o problema cresça. Fecha o mercado e quem está com o direito praticamente assegurado, em princípio. Vamos cadastrar essas pessoas e, caso a caso, verificar o que é possível fazer. Em alguns casos é possível que as pessoas obtenham o registro profissional. Mas o que fazer com quem não pode obter o registro? Vamos estudar. Observamos que o problema maior acontece em Florianópolis, com exceção de profissionais em algumas cidades catarinenses, que não têm sequer o segundo grau.

**ZERO** — Como está hoje a situação do mercado em SC, principalmente com as recentes demissões no Diário Catarinense e no Jornal de Santa Catarina?

**CELSO VICENZI** — Hoje o clima nas redações é péssimo. A gente constata isso a todo momento. Principalmente porque, por causa da crise econômica que o país atravessa, as empresas têm usado a política tradicional de cortar, inicialmente, a mão-de-obra. Os empresários consideram que o leitor é um sujeito um pouco burro e não se importa com qualidade, nessa hora. E as condições de trabalho também reduziram muito. No Diário Catarinense, que é um jornal no qual eu trabalhei, quando entrei, havia dezesseis pessoas trabalhando na editoria de geral. Hoje eu sei que não passam de seis jornalistas. Reduziu muito o mercado, toda a semana novos casos de demissão e não se sabe onde isso vai parar.

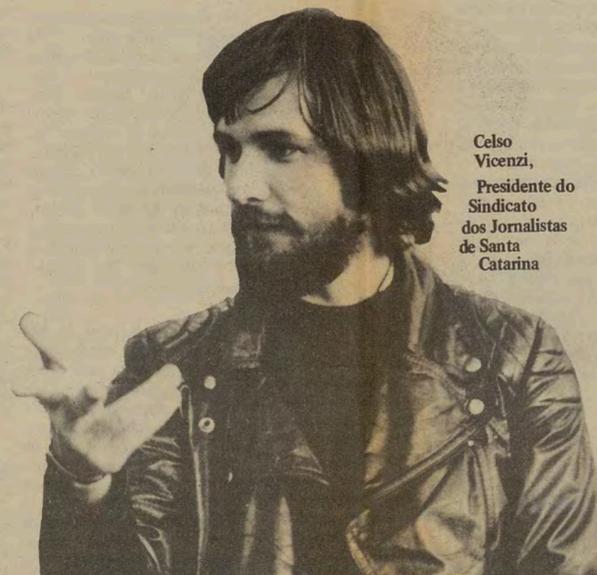
**ZERO** — As demissões ocorrem somente devido à crise econômica?

**CELSO VICENZI** — Em alguns casos, como ocorreu no Diário Catarinense e depois no Jornal de Santa Catarina, o principal motivo das demissões era a organização cada vez maior do pessoal. As pessoas começaram a enfrentar mais diretamente o empresariado, inclusive com greves. De tudo isso, veio uma retaliação. E a situação no mercado fica cada vez mais difícil e podemos dizer que as portas estão se fechando. Os próprios empresários identificam, aqui ou ali, as pessoas que reagem um pouco mais diante do modo como eles pensam em administrar os jornais. Há demissões de dois tipos: políticas e outras de caráter econômico. Mas hoje as empresas temem, cada vez mais, a organização da categoria. Temem um confronto. Recentemente, o Jornal de Santa Catarina realizou cinco demissões na capital e duas no interior em função de uma greve.

**ZERO** — E nas emissoras de TV, a situação é diferente?

**CELSO VICENZI** — A televisão é um caso à parte e, devido às limitações que o sindicato tem, a gente sabe que existem funções que são jornalistas, mas os empresários não reconhecem. Estamos numa briga judicial, porque em decisão superior o Supremo Tribunal considerava profissionais da TV e de rádio não como jornalistas mas como radialistas. E, ainda antes, o próprio Supremo Tribunal Federal já havia considerado radialistas como jornalistas. Dependendo qual é o juiz e dependendo de que forma isso for encaminhado, pode ser que tenhamos uma nova decisão judicial que diga: eles são jornalistas. A própria legislação está tumultuada, talvez propositalmente, o que deixa os profissionais que atuam em rádio e TV inseguros.

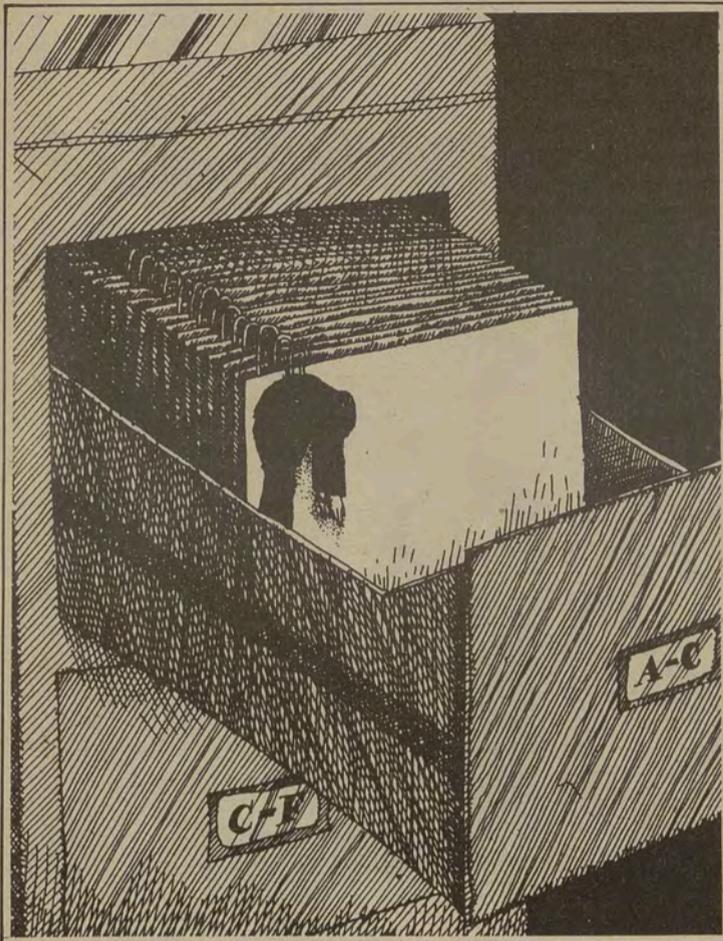
### "Os empresários não se importam com a qualidade"



Celso Vicenzi, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

ZERO

# Acre, fronteira da miséria no Brasil



Lepra, malária, favelas. Melhor seria a Bolívia?

O Acre é um estado do tamanho do Paraná, habitado por uma população igual à de Joinville. Num território de 152 mil quilômetros quadrados estão espalhadas 385 mil pessoas, que vivem principalmente da extração da borracha. Além do conflito entre seringueiros e latifundiários, “temos leishmaniose, mal de chagas e principalmente malária na Região Amazônica”, diz Warwick Kerr, diretor durante quatro anos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Isso tudo, sem contar com a lepra, a verminose e uma infinidade de doenças que infectam o Acre. Enfim, é um coágulo de doença no Brasil.

A partir de 1970, o extinto Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr) conseguiu deslocar para o Acre algumas centenas de nordestinos. Empolgados com o Milagre Econômico, mas desiludidos com as secas, as famílias tiveram que se adaptar às características da região, sem o apoio do Incra, que largava os colonos a esmo, sem qualquer cuidado para a prevenção das doenças. A falta de condições de desbravamento da floresta forçou o êxodo rural. “As pessoas se dirigem a Rio Branco atrás de melhores condições de vida, mas não conseguem, como sempre. Aí vão morar nas periferias”, diz Fátima Mendes, do Grupo de Teatro da Universidade Federal do Acre.

Quem continua na aventura de desmatar o interior do Estado pode ser um dos dez mil casos de malária que acontecem lá por ano. Ainda mais nesta época, quando começa o período da estiagem e com ele as grandes derrubadas. O mosquito transmissor da malária, aninhado nas copas das árvores, é desalojado e ataca o predador ou o colono. Quanto mais as pessoas estiverem concentradas em vilas ou comu-

nidades, mais estarão próximas de contrair a doença.

Pior que a malária é a hanseníase. “O Acre é o maior foco de lepra do mundo”, diz Warwick Kerr. “A lepra se dissemina em focos, mas na Região Amazônica eles não são isolados”. Em 1986 foram notificados 24 mil casos de hanseníase no Brasil, a maioria na Região Norte. “Além disso”, diz Warwick, “a verminose alcança 81 por cento da população da Amazônia.

O Acre é um dos poucos estados brasileiros que não tem casos de AIDS notificados. No entanto, “saneamento não tem, higiene é precária demais”, argumenta Fátima Mendes. “As pessoas trocam o voto por uma folha de zinco; isso não ocorre aqui no sul, não? O Acre não é tão querido pelo Brasil. Eu preferia que ele fosse da Bolívia. Acho que de um certo modo era melhor virar boliviana, porque a gente sente que o Acre tá longe de tudo”.

Jacques Mick

## Jasc: 46 mil pessoas que valem 49 milhões

Valdir Silva é dono de um restaurante, em Joaçaba. Nele, trabalham, além do próprio Valdir, a mulher, os dois filhos pequenos e uma cozinheira. Para o mês de outubro o comerciante está montando uma equipe com mais de dez pessoas. Assim como Valdir, todos os 40 mil habitantes esperam a semana de 14 a 22 de outubro, quando o município vai sediar os 28º Jogos Abertos de Santa Catarina. Mais de mil pessoas, entre atletas, dirigentes, árbitros, jornalistas e turistas, deverão passar pela cidade localizada às margens do Rio do Peixe, no meio oeste catarinense. Para realizar a competição, a prefeitura gastou uma quantia que nem o prefeito sabe — ou se sabe, não fala. De qualquer forma a Prefeitura teve que sacrificar uma série de outras atividades, que Normélio Zílio considera naturalmente “não-vitais”, mas que também cita. De outro lado, a Secretaria Estadual da Cultura e Esporte, conforme o Diretor da COD — Coordenadoria de Desportos —, Felipe Abraão Neto (o Feio), liberou 40 milhões de cruzados, enquanto o MEC liberou outros nove milhões. Isso sem contar os serviços prestados pelas empresas do governo do Estado — Celesc, Acaresc, Ciasc, Cidasc, entre outras — nos locais de competição.

Esses recursos foram aplicados principalmente nas reformas de

ginásios de esportes. Um grande número deles já existiam nos Jasc de 1967, quando a cidade sediou o evento pela primeira vez. O dinheiro foi aplicado também na construção de um novo ginásio de Luzerna (no interior do Município), uma pista de atletismo, duas quadras de tênis e uma piscina semi-olímpica (têrmica) que será doada ao Clube 10 de Maio, que se comprometerá a cedê-la para competições por 20 anos.

A quantidade de verbas aplicadas foi superior ao que seria considerado normal e o próprio prefeito concorda que os sacrifícios foram muito grandes. Isso tudo para que Valdir, o prefeito e os 40 mil habitantes possam ver quase dez dias de competições.

Mas se alguém tem a impressão de que tanto para os moradores, quanto para Normélio Zílio a expectativa é a mesma, está enganado. Para a maioria dos moradores de Joaçaba, a expectativa é que aconteça uma grande festa que movimente e divulgue (bem) a cidade. Já o Prefeito espera que a festa traga um bom faturamento político. E ele sabe que esse faturamento é diretamente proporcional ao sucesso do evento. Para isso ele tem se empenhado demais.

Ivonei Fazzioni

## Fumar dá prazer, doenças, impostos, campanhas, ...

Os não-fumantes exigem seu ar puro e saúde

Parece que o governo brasileiro só agora descobriu que gasta mais com o tratamento de doentes pelo fumo do que ganha com os altos impostos sobre cigarro. Em todo o país, como em Santa Catarina, de 22 a 29 de agosto foi realizada a Semana de Combate ao Fumo com palestras, exposições, programas de televisão, maratonas e lançamentos de livros. Será que os fumantes vão ter fôlego para isso tudo?

O tabaco pode provocar muitas “doencinhas”, mas normalmente os fumantes as ignoram para que possam praticar seu vício sem culpa. (Freud explica). Bronquite crônica, câncer e enfisema pulmonar são as principais. O oncologista Luís Alberto da Silveira garante que todos os fumantes, sem exceção, terão um dia enfisema pulmonar — destruição dos alvéolos. É só uma questão de tempo. “O enfisema



provoca a pior morte que alguém pode ter. Mesmo colocando um ventilador na frente da pessoa ela não respira, morre por asfixia”. O médico cita também um problema adicional para a mulher, principalmente a que usa pílula anticoncepcional. “A mulher tem que escolher entre amar ou fumar”, diz ele. Se for fumante e estiver tomando a pílula, ela terá dez vezes mais probabilidades de sofrer um infarto do miocárdio. E o homem? Está pensando que se safou dessa? Mas é claro que não. Já que a circulação sanguínea fica prejudicada no organismo de um fumante, a potência sexual é

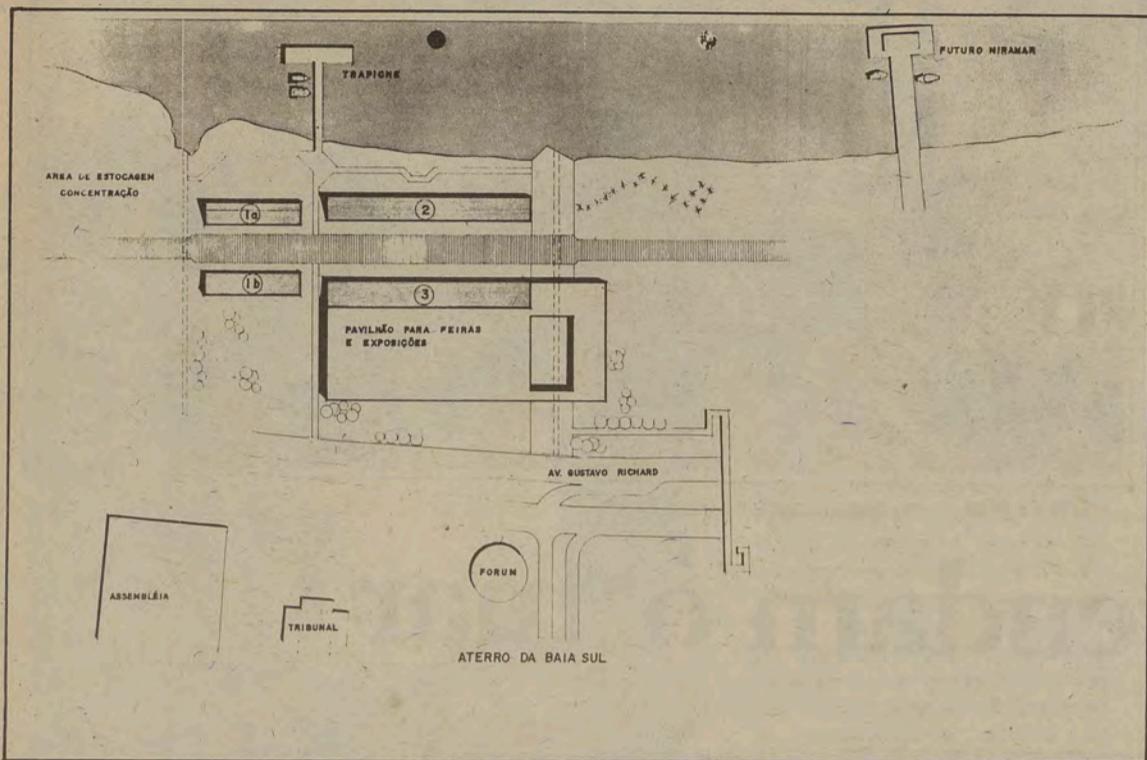
afetada, pois depende especialmente desse fator. Além disso, as pessoas que usam o tabaco têm menos concentração de espermatozoides. Mas não é só isto. O cardiologista Antonio Sbissa adverte: “Todos os fumantes compram um bilhete para um sorteio um tanto macabro. Um fumante em cada nove vai ser premiado com o terrível câncer de pulmão.

Nessa história toda os mais esquecidos são os não-fumantes. Eles são praticamente obrigados a “fumar” junto com os outros, prejudicando sua saúde como se realmente tivessem fumado alguns cigarros. Até mesmo as mulheres casadas com fumantes têm câncer com frequência duas vezes maior. Além de tudo isso, os não-fumantes ainda têm que agüentar a discriminação e a agressividade dos consumidores de tabaco. A atitude dessas pessoas é extremamente egoísta, não admitindo o direito que qualquer um tem de respirar ar puro.

Karla Bastos



# Centro de Promoções sai do papel



Depois de outubro aumentam as alternativas para grandes eventos

## Mar poluído por óleo continua fazendo vítimas

O óleo encontrado nos pingüins que chegam no litoral sul do Brasil trazidos pelas correntes marítimas revela a poluição que atinge o mar. Apesar da existência de toda uma legislação que coíbe o lançamento do lixo, óleo e entulho e outros produtos poluentes no mar, os pingüins manchados de óleo indicam que a lei vem sendo burlada pondo em risco o equilíbrio ecológico.

A Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (Fatma) reconhece que não tem condições para exercer uma total fiscalização por escassez de recursos, equipamentos e pessoal. Diante dos problemas da degradação do meio ambiente, a Fatma juntamente com associações e entidades ecológicas catarinenses se mobilizam em uma operação pioneira no Brasil na luta mais eficiente em defesa da ecologia.

O decreto-lei nº 87648, de 24 de setembro de 1982 que normatiza o transporte marítimo diz explicitamente no item XIII: "Não lançar água, lixo, óleo, entulho, cinza, tinta, objeto ou qualquer detrito".

Mas o que se constata é que essa lei vem sendo burlada por um número desconhecido de petroleiros que fazem a limpeza dos resíduos de petróleo dos seus tanques. Depois tudo é jogado ao mar. Isso apesar de possuírem na própria embarcação tanques chamados "slops" que servem para guardar esses resíduos.

Nos portos onde essas embarcações descarregam, há tanques de decantação que tem a mesma finalidade, mas que apresentam muitas vezes problemas técnicos ou a capacidade total esgotada.

Os resíduos das embarcações são obrigados a serem removidos para iniciar os reparos nos tanques. "Então quando o navio não tem condições de descarregar seus 'slops', é prática comum ir a alto mar (60 a 80 milhas da costa) arremessar fora os detritos.

A própria capitania dos portos não nega o fato que é difícil descobrir quais são os navios. Para incriminá-los é necessário o flagrante ou fotografias aéreas provando a operação de limpeza e com a devida localização geográfica. São as provas exigidas para culpar uma embarcação.

A multa para esse delito é de 2 a 20 vezes do maior valor de referência - nesse mês fixado em cinco mil cruzados.

O óleo residual de tanques de navios petroleiros é prejudicial para um ecossistema marítimo. Dependendo da quantidade ou do acúmulo de sucessivos derramamentos, o óleo provoca danos ao equilíbrio ecológico. A fotossíntese de certas algas que são o começo de uma cadeia trófica é afetada pelos peixes e no caso dos pingüins é um dos fatores que provoca sua morte, pois o óleo em suas plumagens é responsável pelo desequilíbrio térmico de seus corpos. O envenenamento por ingestão também é outra cousa diz a professora Tânia de Azevedo, do curso de Biologia da UFSC.

Efeito multiplicador

A Fatma lançou um programa

pioneiro no Brasil que se chama "voluntários do meio ambiente". Segundo Odilon Macedo, um dos coordenadores desse projeto, trata-se de um "efeito multiplicador" de forças, ou seja, com o credenciamento de agentes de entidades ecológicas conveniadas com a Fatma. Ela pretende agilizar mais o combate à depredação dos recursos naturais. Os primeiros convênios foram assinados no dia dois de agosto e cada entidade indicou oficialmente duas pessoas que terão um treinamento prático e teórico dado pela Fatma para credenciá-los como fiscais. Eles não serão remunerados.

A idéia foi apresentada pela Fatma dia 12 de maio num encontro no Museu Universitário, promovido por ela com entidades ecológicas civis. O segundo encontro, dia 25 de maio, teve a aceitação das entidades. No dia dois de agosto foi assinado o convênio. As entidades que assinaram foram: MEL, ANA, Apremovi, Acaprena, Aprema, Acapra, Fepesc, Amola e a Federação dos pescadores.

Vladimir Ortiz da Silva, superintendente geral da Fatma conclui: "Prevenir será a síntese de todas as atividades, funcionando dentro de nossa metodologia participativa, nos níveis em que o desenvolvimento almejado por nós, seja planejado e realizado com o menor custo ambiental e social possível, sendo a melhoria da qualidade de vida como meta a ser alcançada".

Ozias Alves Júnior

Uma velha reivindicação dos moradores da grande Florianópolis está sendo atendida: o Centro de Promoções da cidade. Com as obras da primeira fase do projeto iniciadas, a previsão é que em outubro próximo o novo espaço de lazer já possa ser utilizado. Ele ocupará a área em frente ao Tribunal de Contas, no Aterro da Baía Sul.

A finalidade principal do Centro é a de oferecer à população uma infra-estrutura adequada para a realização de eventos de grande porte. A coordenadora do projeto, a arquiteta Silvia Ribeiro Lenzi, diz que "a escolha do local se deu em razão do grande espaço físico existente e proximidade com o novo terminal urbano. A pouca utilidade da área também foi considerada". Na primeira etapa a obra contará com duas arquibancadas com capacidade para 3.200 pessoas, oito sanitários, dois bares e a pista central, que poderá receber até 4.800 espectadores. Na segunda fase serão construídos mais oito banheiros, dois bares, restaurante com vista para o mar, e uma

arquibancada com 34 camarotes e lugares para quatro mil pessoas. Se não faltarem recursos, a segunda fase poderá estar concluída em janeiro de 1989. Nesse mês deverá ser realizado o Rock In Floripa, que terá a participação de grupos do Brasil inteiro.

Para Silvia Lenzi todos os transtornos que a população sofria com a instalação de arquibancadas para o carnaval, ou então como a mudança de trânsito para a prova de Fórmula Ford, vão ter seu fim".

A terceira fase do projeto ainda está em estudos, pois ao contrário das duas primeiras etapas que serão custeadas pela prefeitura, essa última ficará por conta do governo estadual. Os projetos preliminares da terceira etapa prevêem a construção de mais um módulo com a mesma infra-estrutura da segunda etapa, acrescido de um pavilhão para feiras e exposições.

Romir Rocha



Foto: Romir Rocha/Zero

filhos para criar. Desde que brigou com a patroa, há cinco anos, não encontrou outro emprego. "Ninguém está aqui porque quer, se eu pudesse sair dessa vida, não voltava mais".

Atualmente, o movimento caiu bastante por causa da Aids, mas elas não demonstram muita preocupação com a doença, mantém relações sexuais sem o preservativo. Rose acha até pior, "porque não adianta muita coisa, a camisinha pode até furar lá dentro". Além da Aids, ela tem de se preocupar com a polícia, "que pinta aqui todos os dias, e é preciso correr para eles não prenderem a gente".

Diretos

Kátia e Rose não possuem direitos, não recebem assistência social ou qualquer tipo de ajuda do governo, e ainda são consideradas perturbadoras da ordem. "Não estamos fazendo nada de mais, aqui só vem quem quer, ninguém é obrigado a vir", desabafa Rose.

Não existe preferência pelos fregueses. Segundo elas, não importa a idade, a cor, a religião. Vale tudo. Transam com qualquer homem, desde que paguem um bom dinheiro. "Dependendo do freguês, alguns dão mais, outros menos". Do freguês, aliás, só se espera o pagamento, pois elas concordam que amar um deles está fora de cogitação. Não se apaixonar é regra para elas. "A gente tá arriscada a gostar de um desses caras e depois ter que sustentar malandro", explica Kátia.

O que elas realmente esperam é um dia poderem sair deste submundo a que estão submetidas, para então terem seus direitos adquiridos e uma vida mais digna.

Aids afasta clientes

### Trágica rotina: a polícia e a discriminação

É meio-dia. Elas se preparam para mais um dia de trabalho. Saias curtas, decotes provocantes, unhas pintadas, maquiagem por todo o rosto, tudo para chamar atenção. É assim o cotidiano das prostitutas. A rua Conselheiro Mafra, no centro da capital, é o principal endereço, mas existem outros, como a Praça XV de Novembro, e as ruas Felipe Schmidt e Francisco Tolentino.

Geralmente vindas da classe baixa da sociedade, elas encontram na prostituição a única forma de sobreviver. Como é o caso de Kátia, 35 anos, mãe de quatro filhos menores. Ela já está há seis meses na nova "profissão". "Aqui a gente ganha bem mais do que em qualquer casa particular". Kátia fala que cansou de trabalhar de empregada doméstica, e receber um "salário de fome". Sentada na calçada fria, comenta que é muito discriminada pelas pessoas, mas não se importa, "os seus filhos não me acusam e isso é o que interessa pra mim".

Rose, 30 anos, companheira de Kátia na "profissão", tem três

Rafael Masseli

# Teatro: as risíveis mamãs do delírio

**Grupo quer pôr a encenação na frente do texto**

“As Mamas de Tirésias”, delírio poético do contraditório Guillaume Apollinaire, poeta romano do início do século, é a nova proposta do Grupo Pesquisa Teatro Novo. A montagem da peça é um trabalho que iniciou há dois anos, com análise de texto, pesquisa e, sobretudo, uma busca profunda no universo conflitante de Apollinaire. Em março deste ano o Grupo subiu ao palco para iniciar os ensaios.

Sob a direção de Carmen Fossari, o Grupo é formado por 19 pessoas, entre técnicos e atores. A cada ano entram e saem componentes num ciclo que revitaliza o Grupo e estimula a experimentação. Carmen afirma que esta é uma das melhores

equipes com que já trabalhou, apesar de serem, quase todos, estreantes no teatro: “O Grupo é muito inquieto e isso é ótimo”. A diretora admite a existência de problemas técnicos, como ritmo, encadeamento e falta de convivência dos atores com teatro. Mas acredita que essas questões serão resolvidas ao longo da temporada.

A trabalhar com “As Mamas de Tirésias” diretora e atores depararam-se com a complexidade do texto apollinaireiano, dramaturgicamente fraco, mas cheio de possibilidades de interpretações. O texto, escrito em 1916, na França abalada pela 1ª Guerra Mundial, trata do tema da repovoação, questionando a situação social e política do país. Apollinaire, criador do termo “surrealismo” e precursor do “dadaísmo”, classificou a peça como um drama surrealista. Carmem Fossari afirma que “o texto permite que o projeto ético e o projeto estético tentem resgatar uma nova possibilidade do fazer teatral”. Apollinaire, poeta, contista e autor de duas peças de teatro, contribuiu decisivamente para a Semana da Arte



Moderna com os textos “Antitradução Futurista” e “O Espírito Novo dos Poetas”, escritos polêmicos que influenciaram Mário de Andrade (“Macunaíma”) e Graça Aranha (“Canaã”).

O Grupo Pesquisa Teatro Novo busca uma recriação da linguagem cênica em Santa Catarina, sobrepondo a encenação ao texto. Por isso a preocupação em montar um espetáculo visual, que mistura diversas técnicas — circo, ópera, dança e teatro de sombra — rompendo com o teatro puramente textual. Para Carmem “Apolli-

naire possibilita a recriação da linguagem e a salvação do discurso, já que os políticos acabaram com o verbo, com a palavra”. E é na política que o Grupo faz sua adaptação mais aparente. A relação pão e sopa existente na França durante a Guerra, em que os padeiros detinham algum poder político, adapta-se ao Brasil na “brincadeira” pão e circo, onde o pão que alimenta é dado ao povo em troca de votos; e os programas de auditório da televisão distraem/alienam — o circo. Assim surge em cena a figura do político Tirésias, que dá de mamar ao povo em troca de votos e Sílvia Santos, que segura a urna, sorrindo. O povo, que Apollinaire usava como pano de fundo, torna-se destaque nesta montagem, andando, literalmente, na corda bamba.

A peça é recriada como uma “farsa do absurdo”, “sátira social e política de extrema irreverência”, comenta Carmem Fossari. O ator Nazareno Pereira diz que já é tempo do público acostumar-se com a ideia de teatro abstracionista. “Hoje em dia as pessoas vão a uma galeria e

vêm arte abstrata, que é predominante. Teatro também é obra de arte. Por que, então, não ir ao teatro para ver uma peça abstrata?”

As pessoas aprovam a peça, apesar do choque ser inevitável. “O público acostumado com a imagem de televisão, com a novela, com o excesso de didatismo, sente alguma coisa meio estranha”, diz Carmen. As analogias são inevitáveis e quem as faz geralmente volta a assistir às “Mamas de Tirésias”.

Mamar nessa teta é uma viagem interessante pela loucura de Apollinaire, num show visual. Compreender esse texto surrealista/dadaísta, comédia absurda, é um processo complexo e instigante. O espetáculo fica em cartaz até 02 de outubro no Teatro da UFSC.

Júlio César Pompeo

## Baixa Sociedade

### Chupão

O Curso de Jornalismo sente satisfação em colaborar com a imprensa local. No último mês fornecemos material para o jornal *O Estado* produzir uma reportagem sobre Carlos Drummond de Andrade. Também demos subsídios para o repórter Milton Spada, da *TV Barriga Verde*, na matéria sobre a ponte Hercílio Luz. Gostamos de fazer isso, mas sinceramente gostamos também de ser citados. Como fontes, é claro.

### Violência sexual

Elliot Ness está apurando a denúncia de que um certo delegado de Florianópolis fez esta curiosa proposta a um ladrãozinho pé-de-chinelo: a liberdade em troca de uma relação sexual em que ele, o homem da lei, ficaria de quatro. Isto é o que se chama “fiança sem burocracia”.

### Leão de chácara

Manoel Pedroso, primo-irmão de Cid Pedroso, secretário de Justiça de SC, é pago para proteger uma fazenda de 1.500 hectares em Rio Negrinho. A área está sendo desmatada pelos latifundiários Heyse, que têm “medo” da reforma agrária. Manoel não tem terra. É preposto da UDR encarregado de impedir invasões dos sem-terra. Justiça e segurança são questões de família.

Elliot Ness

## Credibilidade impulsiona FFC

Apesar dos problemas de falta de espaço físico e verbas, a Fundação Franklin Cascaes mesmo sem uma sede própria, conseguiu atingir um bom grau de credibilidade com a população e realizar vários projetos.

A Fundação é um órgão autônomo de Administração Cultural da Prefeitura, criado há um ano para substituir o Departamento de Cultura e Esportes. Ela é de grande importância justamente porque cuida apenas dos interesses do município de Florianópolis, ficando todo o Estado sob as ordens da Fundação Catarinense de Cultura, com a qual não tem nenhuma ligação. O superintendente, Isnard Mello de Azevedo, diz que o FFC vive atualmente um período de definição de território.

Localizada no Portal Turístico de Florianópolis, a Fundação Franklin Cascaes não pode atuar de acordo com as suas pretensões. Sobre a falta de verbas, Isnard salienta que seria importante a colaboração dos empresários, mas que a Fundação ainda não conseguiu sensibilizá-los: “Existe ao menos o apoio de hotéis e restaurantes quando é preciso hospedar e alimentar as pessoas que trazemos para dar cursos.”

E nesse campo, a Fundação Franklin Cascaes tem atuado de forma bastante significativa. O 1º Cinevídeo, com o apoio da UFSC,



Isnard Azevedo: preservar e estimular

tem mexido num setor que estava bastante parado na ilha, ao programar oficinas e debates com personalidades de destaque nas áreas de cinema e vídeo.

A FFC é composta por 17 funcionários, divididos em quatro Coordenadorias: a Administrativa, a de Artes, a de Patrimônio Cultural e a Coordenadoria para Assuntos e Eventos Comunitários. Quatro pontos que estabelecem o diálogo com a comunidade, comenta o superintendente.

Na área Administrativa, de acordo com Isnard, procura-se extinguir toda burocracia e fazer uma administração de ação direta, sem formalismos. Há preocupa-

ção com as comunidades do interior da ilha e em fazer uma política que não discrimine áreas. Para Isnard, a instituição precisa atingir todos os campos, priorizando o lado técnico acima de questões partidárias.

A Coordenadoria de Artes procura estimular toda a produção artística, dando apoio, através de assistência técnica, cultural e financeira, a grupos profissionais e amadores nas áreas de teatro, dança, música, circo, artes plásticas, artes visuais e artesanato. É o setor que mais sofre os problemas de falta de verbas e espaço físico. O superintendente afirma que a Fundação não

consegue dar todo o respaldo ao teatro e além disso falta estrutura para desenvolver a área de artes plásticas.

Com o objetivo de resgatar a memória cultural das comunidades do município, para definir suas identidades, a Coordenadoria de Patrimônio Cultural procura compreender a conformação cultural de Florianópolis numa perspectiva sócio-histórica.

Já a Coordenadoria de Assuntos e Eventos Comunitários, busca o desenvolvimento de uma política cultural atuante e descentralizada para a cidade. Sua meta é possibilitar às populações que efetivamente criam os momentos culturais da cidade acesso aos processos de ação e produção cultural. Como diz Isnard, é função desta Coordenadoria promover festas e outros eventos comunitários.

Como projetos mais recentes, a Fundação Franklin Cascaes está realizando a 1ª Mostra de Novos Coreógrafos do Sul, de 13 à 18 de setembro, (ver texto na página 15), no Teatro Álvaro de Carvalho, gravando o disco da Neide Mariarosa e tem planos de ampliar e transferir a livreria especializada em arte que já funciona muito precariamente no Portal Turístico.

Marta Moritz

# Cultura com lei mas sem critérios

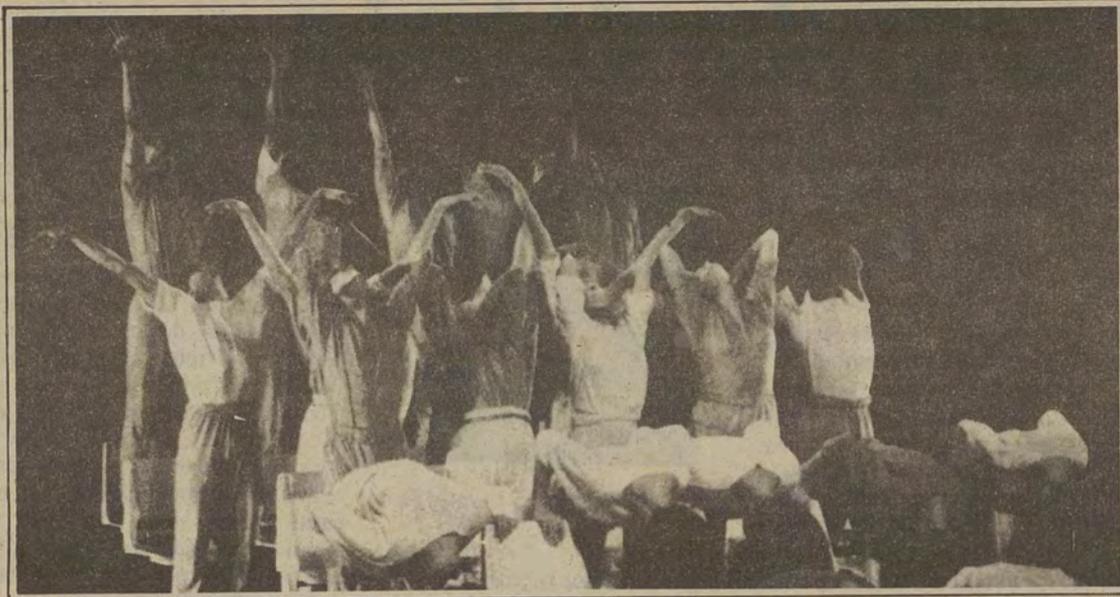
## Burocracia e incompreensão complicam quadro

"Promover cultura agora é lei". Com esse lema, o governo decretou a Lei Sarney nº 7505 em 2/7/86. A lei pretende estimular o investimento na cultura através de benefícios fiscais sobre imposto de renda para o meio empresarial. Passados dois anos, o estado de Santa Catarina foi apontado como um dos que mais fez uso da lei.

Houve muita polêmica quanto à sua credibilidade. E, principalmente, quanto à sua viabilidade na atual conjuntura brasileira. Sendo o meio artístico da capital, a lei é oportuna, desde que haja uma política cultural.

O debate levado ao ar pela RCE no mês passado, que discutiu o tema "Cultura Popular", destacou a verba de menos de 0,3% (incluindo o esporte) destinada ao setor. Relatou-se também que pessoas despreparadas e sem a menor identidade com a cultura estão ocupando cargos de importância junto ao governo e à prefeitura. Daí, tantos desentendimentos entre as entidades culturais da capital e a Secretaria de Cultura do Estado.

De acordo com José Gomes Neto, presidente da Aesac (Associação Profissional dos Escritores de Santa Catarina), o processo de cadastramento na lei Sarney ao qual se submeteu, testemunha o tratamento que o governo estadual dá à



cultura. Enviados os documentos para Brasília em dezembro de 87, o Ministério solicitou um alvará de funcionamento. Como a Aesac funciona no prédio da alfândega, mantido pelo Estado, dependerá deste a concessão de um alvará.

José Gomes diz que a manutenção e a administração do local são péssimas. "Existem funcionários, mas que nunca aparecem. Considerando-se o interesse do governo, a associação provavelmente terá um cadastro provisório ainda por muito tempo".

Fundada há três anos, a Aesac foi responsável por 36 promoções culturais e pelo lançamento de dois livros, apenas em 87. Para setembro, está previsto o lançamento de uma coleção de livros pequenos, acessíveis, sendo que os cinco primeiros volumes já estão prontos". Isto porque não temos nenhum benefício da lei Sarney, vivemos apenas de anuidades", afirma o presidente da Aesac.

Santa Catarina é o único estado que não possui um suplemento literário. A associação lançou agora um boletim, mas falta incentivo. As empresas que estão apoiando não obtêm nenhum retorno, sem a lei Sarney. Só se tem conhecimento de um evento literário subsidiado pela lei na capital. Foi a publicação do livro de Iaponan Soares, "História do Município de Biguaçu", pela Sociedade dos Amigos dos Arquivos Públicos.

### Burocracia

Desde 86, a Fundação Franklin Cascaes entrou com todos os documentos para se cadastrar na lei. A princípio, exigiu-se o registro na CPC (Coordenadoria de Cadastramento Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural). Em seguida, mais burocracia. A Fundação desconhecia que apenas uma entidade do município poderia ser inscrita. Por isso foi preciso mais intervenções,

uma vez que a Setur já havia se cadastrado.

Para Juliana Wosgraus, ex-presidente da Associação Catarinense dos Artistas Plásticos, não houve muita expectativa em relação à lei porque já se previa que os beneficiados seriam os grandes grupos. "A Acaps tentou se cadastrar, mas não conseguiu. Agora, na direção da Casa da Alfândega, ficamos dependendo de uma iniciativa a nível de conjunto".

Em agosto de 87, a Fundação Catarinense de Cultura promoveu um seminário sobre o tema. Mas Juliana acha que ainda há muita desinformação por parte das pessoas, principalmente em relação aos encaminhamentos para se obter benefícios através dessa lei. "Para o próprio artista plástico, fica muito distante da sua realidade. Se ele quiser vender suas obras, não poderá fazer uso da lei".

Juliana só vê mudanças a longo prazo. Acha que as regiões que

possuem empresas são privilegiadas, pois os empresários preferem investir na sua região. Prova disso são o Festival de Dança de Joinville e o Festival de Teatro Amador de Blumenau.

### Festival de Joinville

O Festival de Dança de Joinville é sem dúvida o evento cultural que mais recebe benefícios através da lei Sarney do Estado. Existe um contrato de 10 anos, assinado desde a primeira edição do Festival, que permite fácil acesso aos empresários. Neste ano, em sua 6ª edição, houve um apoio de 14 empresas. Já em Florianópolis, a Aprodança - cadastrada desde 86 - ainda não obteve nenhum benefício pela lei.

Na área de cinema, Zora Nunes Pires (Cinemateca Catarinense) garante que só ganha quem já tem um bom nome no mercado brasileiro. "É mais fácil acreditar nesse pessoal estabelecido". Cita como exemplos mais recentes subsidiados pela lei, os filmes "Super Xuxa contra o baixo astral" (Ana Penido) e "Dedé Mamata" (Cacá Diegues)".

Seu projeto de pesquisa de imagens sobre Nereu Ramos, vai ter apoio da empresa Portobelo, através da lei Sarney. Ele não tem conhecimento de algum outro projeto cinematográfico beneficiado no estado e acha que falta informação por parte das pequenas e médias empresas.

Um fator tem unanimidade entre os envolvidos com cultura em Florianópolis. O número reduzido de empresas na capital, a torna desprivilegiada em relação à lei Sarney. É preciso haver realmente uma política cultural, para que os empresários não invistam apenas em suas regiões.

Ruchelle Zandavalle

# Geopolítica impede solução para Palestina

## Mesmo depois dos massacres de Sabra e Chatila

A bandeira de Israel é branca, com duas faixas azuis representando os rios Tigre e Eufrates. No meio deles deve estar o território israelense. Estes rios delimitam o Oriente Médio. Fica claro que o objetivo maior de Israel é dominar toda a região. Para isto, seu exército é um dos mais bem treinados do mundo. Contam também com o apoio armamentário dos Estados Unidos.

Existe um provérbio árabe que diz que o "suspeito sempre se denuncia". Para provar sua culpa, os americanos agradeceram oficialmente as forças israelenses por ter testado, com sucesso, bombas

de gás contra os povoados palestinos de Sabra e Chatila (duas aldeias arrasadas por armas Made in USA em setembro de 1982). Enviaram, também, uma carta à OLP assegurando que nada tinham com o assassinato de Abu Jihad (um grande líder palestino) e, ao mesmo tempo, ameaçavam matar outros dirigentes árabes se alguma entidade americana sofresse qualquer ataque por parte da OLP. Como se não bastasse Henry Kissinger, ex-secretário de Estado americano, sugeriu recentemente que a imprensa fosse proibida de entrar em Gaza e na Cisjordânia e que a atual rebelião palestina fosse "brutalmente esmagada".

### Unidade

Os Estados Unidos têm procurado pressionar os governos dos Países árabes para que não apoiem a OLP. Mas, independente do que dizem e fazem seus governos, toda a população árabe parece estar unida e apoiando o povo palestino. Os árabes sabem da ambição de Israel de dominar a região.



Lutar ou negociar?

Unidos também estão os habitantes dos territórios ocupados. Eles sofreram juntos os 40 anos de ocupação israelense. Yasser Arafat, presidente da OLP, disse em recente entrevista à revista "Playboy" que "sente muito orgulho dos jovens que hoje lutam em Gaza e na Cisjordânia. Eles foram formados ano após ano pela escola da revolução.

Essas crianças aprenderam desde cedo a não esquecer seu lar".

No entanto, Israel é um inimigo muito forte. Só que os árabes já provaram que podem derrotá-los em batalhas corpo-a-corpo como a de Accra em 1969, ou a forte resistência apresentada no Líbano em 1982. Segundo Arafat, se a luta fosse apenas contra os israelenses, uma solução já teria sido encontrada por bem ou por mal. Acontece que existe, também, o interesse das superpotências em dominar a região, uma das mais estratégicas do mundo por sua localização e produção de petróleo. Assim, EUA e Israel juntaram forças e interesses e relegaram o povo palestino ao exílio. Para tanto, muita mentira foi usada e, principalmente, domínio de imprensa.

### Terrorismo

Um dos argumentos mais usados pelos israelenses contra a OLP é de que esta seria uma entidade do terror. Entretanto, na maior votação da sua história (49 votos a favor), a ONU reconheceu que a OLP luta pela paz. "George

Washington também já foi chamado de terrorista pelos ingleses". Com esta frase, Arafat tenta mostrar que todos que lutam contra a dominação são tachados de terroristas.

O grande problema do terrorismo está em quem tem o poder na mão e mesmo assim comete atentados. Vide os primeiros tempos de Israel que possuía grupos como o Irgun e a Stern (tratados de extremistas pela grande imprensa) que destruíram diversas aldeias árabes logo no início do domínio israelense para que os palestinos fugissem, caracterizando um abandono de sua terra. De fato, muitos palestinos tiveram que fugir. Mas, outros tantos ficaram e começaram um motim que nem mesmo Israel pode tachar como terrorista.

Ismail Ahmad Ismail

# Brilho do palco compensa sacrifício

Foto: Edivaldo Loyola / Dançar



## Festival mostra que a dança tem público e apoio

De repente Joinville foi invadida por quase quatro mil bailarinos com alegria contagiante e efervescente. Todos se parecem, cabelos presos, roupas de lycra, sapatilhas e faixas. Eles caminham leve, como se pudessem flutuar no ar, têm os pés virados para fora, o quadril encaixado e a postura impecável. Vindos de todos os cantos do Brasil eles têm uma única opinião: "o sacrifício vale pelo sonho de palco".

Os ginásios, onde se realizavam as apresentações, lotaram de 15 a 23 de julho. Os grupos convidados deram um show de interpretação e domínio da técnica que se propuseram a mostrar. O Marzipan trouxe o mesmo espetáculo contemporâneo que apresentou no Carlton Dance Festival. O Raça hiper lotou os ginásios nas suas três apresentações. A coreografia "Noite Adentro" fez o público se projetar para o palco e sentir o mesmo prazer dos amantes que dançavam. O Balé Folclórico da Bahia deu um show de resistência e fidelidade ao folclore baiano. O Balé Castro Alves apresentou "Sagração da Primavera" e fez a estréia nacional de "Jogo de Búzios", que têm música de Egberto Gismonti. O Raça abriu o Festival com a dança afro "Lamento dos Escravos". A música é de Tibor Reisner e foi executada pela Orquestra Filarmônica do Harmonia Lyra e cantada pelo Grande Coral Cidade de Joinville.

Quem não pôde comparecer aos ginásios também teve chances de participar do Festival. Os três palcos montados ao ar livre foram a novidade deste ano e serviram para ensaios, apresentações e aulas de afro e aeróbica. A Casa da Cultura manteve dois videocassetes ligados com as apresentações da noite anterior e o jornal "Na Pontas dos Pés" informava o público sobre os acontecimentos do Festival. Outra opção era visitar a exposição "Ballet, 50 Anos de Visitantes", organizada por Eduardo Sucena, ou então as esculturas de Pedro D. Rodrigues que eram uma "Homenagem às Estrelas do Ballet".

### Professores internacionais

Os professores que ministraram cursos este ano foram: Kaléria Fedicheva (USA), Emílio Martins e Erik Valdo no clássico, Brenno Mascarenhas e Maiza Tempesta no jazz, Noemia Edelman na dança à caráter, Roseli Rodrigues no afro, Toshie Kobayashi em pontas e giros, Lurdes Bastos na dança contemporânea e Cláudia Gitelman (USA) no moderno.

A seleção dos grupos concorrentes é feita por fitas de videocassete, que a partir do ano que vem terão que conter a coreografia que o grupo dançará no Festival. Este ano 50 fitas foram desclassificadas e mesmo assim 120 grupos se apresentaram em Joinville.

As modalidades eram: jazz, clássico, clássico de repertório, grand pas de deux, sapateado, contemporâneo, neoclássico, solos livres, pas de deux livres e dança à caráter.

As categorias foram divididas em Júnior I (até 10 anos), Júnio II (até 15 anos), amador I,

amador II (até 50% de profissionais) e profissionais. O coordenador técnico, Silvio Maia, disse que o único problema deste ano foi a desclassificação dos grupos que se inscreveram na categoria errada e que ficaram insatisfeitos.

### Reclamações e promessas

De Florianópolis foram para Joinville o Grupo Sandra Nolla, O Instituto Estadual de Educação, o Cena 11, o Grupo Shapanã e o Ballet Desterro que tirou 19 lugar em dança contemporânea - Amador II.

Uma reclamação dos bailarinos foi a diferença do nível técnico entre os alunos que tinham aula na mesma turma. A professora do Centro de Dança Rio, Déborah Bastos, reclamou dos plágios que viu durante o Festival. Para ela "as pessoas deveriam ser mais honestas. Se não tem criatividade, não faz".

Luiz Sorel, crítico de dança, achou o nível dos concorrentes muito bom, mas acredita que "houve regressão artística se formos comparar com o Festival de 87".

As promessas para 89, feitas pelo coordenador técnico, são nada menos que o Ballet Stuttgart da Alemanha, o Etoile de Paris e o Ballet da Colômbia. Assim, O Festival de Dança de Joinville, que nasceu quase despercebido, se torna internacional e o maior do gênero na América Latina.

Ana Lavratti

## Setembro traz mostra com visão mais crítica

De 13 a 18 de setembro, no TAC, vai acontecer a I Mostra Novos Coreógrafos do Sul - Cidade de Florianópolis, que reunirá coreógrafos, professores e alunos de dança. Os grupos ou solistas inscritos concorrerão em quatro diferentes modalidades: jazz, contemporâneo, clássico e danças populares.

A Mostra tem o objetivo de despertar o artista para uma visão mais crítica da dança. Para a coordenadora do evento, Marta Mansinho, "entre os próprios profissionais há muita confusão e despreparo em relação à dança". Essa confusão se deve ao fato dos profissionais não pesquisarem e não se interessarem em distinguir as diversas modalidades da dança.

É muito fácil, por exemplo, grupos modernos se inscreverem na categoria contemporânea ou vice-versa.

Para a professora de ballet, Sandra Nolla, é importante a realização de mostras e festivais, mas o principal é que os bailarinos se interessem "em aprender coisas novas".

"A desinformação dos bailarinos prejudica até mesmo os eventos que se realizam para valorizar a dança no país", essa é a opinião do coreógrafo Ildo Rodrigues do Grupo de Dança Shapanã, que há cinco anos trabalha com o grupo em Florianópolis.

A Mostra também pretende descobrir novos talentos na área

coreográfica. Uma área defasada, com poucos profissionais bem pagos ou reconhecidos. Muitos grupos estão dispostos a dançar, mas o que falta são bons profissionais que estão presos às grandes companhias de dança do País.

Junto à Mostra será ministrada uma Oficina de Composição Coreográfica pelo professor e bailarino Ciro Barcelos.

Analú Zidko

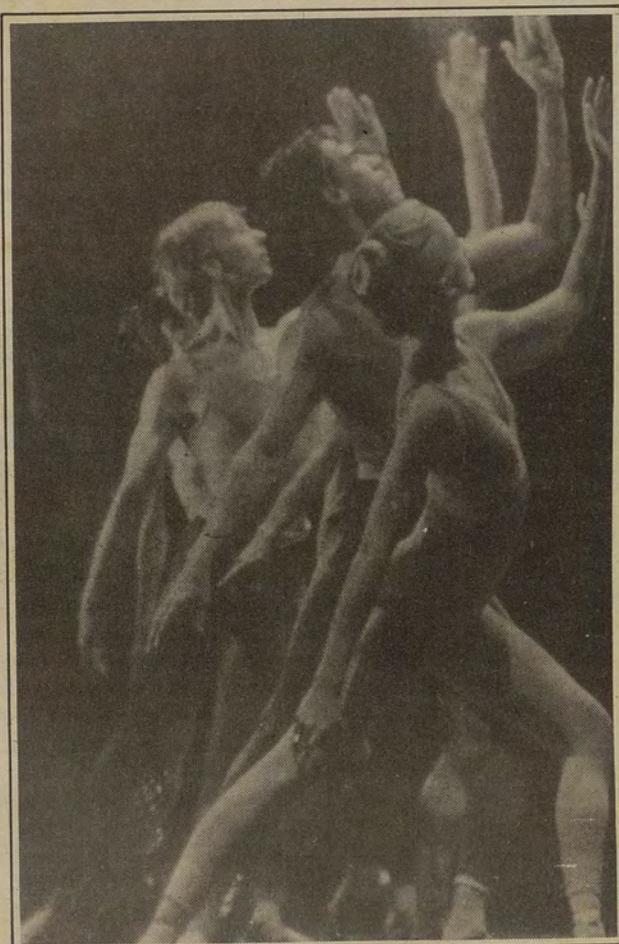




Foto: Marcelo Régua / Divulgação

# Gismonti celebra 20 anos de carreira com "Feixe de Luz"

Para comemorar 20 anos de carreira Egberto Gismonti gravou o disco "Feixe de Luz", que lança em show dia 14 no CIC. Com originalidade ele mistura tradição e vanguarda e consegue manter acesa a chama da inquietude. Filho de músicos, Gismonti iniciou cedo sua atuação. A estréia foi no III Festival Internacional da Canção, em 1968. De lá para cá produziu 32 discos, 16 trilhas para cinema, quatro para televisão, nove para teatro, quatro para exposições de artes plásticas, três para literatura, além de duas músicas para peças infantis e 14

discos com outros artistas. Para Gismonti cada criação é um desafio, seja com aparelhagem eletrônica, sintetizadores computadorizados ou trabalhando com sonoridade pura.

Gismonti compôs o Jogo de Búzios, música que foi coreografada pelo balé Castro Alves. A estréia foi no VI Festival de Dança de Joinville e o compositor foi conferir. Lá ele deu esta entrevista.

Zero - Como você sente a música?

Egberto Gismonti - Existem expressões, a música é

uma delas. No momento atual é a linguagem que possibilita maior liberdade e menos vícios.

Z - A música é a sua vida?

E.G. - A música é o que eu faço de melhor. O que as pessoas fazem é sempre muito menos significativo do que elas próprias.

Z - Você é considerado o instrumentista mais polivalente do Brasil. Quais instrumentos você realmente toca?

E.G. - Eu toco piano e violão, o resto, eu mexo. Tocar significa se exprimir, sentar e fazer falar.

Z - Por que você parou de cantar?

E.G. - Eu descobri que toco melhor do que canto. Hoje já não estrago mais minhas músicas cantando.

Z - O subtítulo do seu disco é "todô começo é involuntário". Por quê?

E.G. - Dentro da sociedade em que a gente vive aquele que imagina que tem as rédeas da própria vida está completamente equivocado.

Z - Você trabalha com uma equipe grande. Como é a criação de uma música?

E.G. - A criação é solitária sempre. A equipe é para ajudar porque eu tenho muito trabalho. O arranjo tem que ser conjunto, não pela criação, mas pela execução, porque a gente não toca sozinho.

Z - Como é ser reconhecido internacionalmente?

E.G. - A principal vantagem é poder dizer para o produtor: "não quero ficar mais de dez dias fora". Tenho dois filhos pequenos e não quero ter uma relação "carona" com eles, quero conviver com eles.

Z - Você já lançou seu 32º LP. Tem algum disco que você gostou mais do que os outros?

E.G. - Não. Eu não tenho um álbum sonoro com tudo que eu imagino de música. Acho fascinante ter tido a oportunidade de gravar tudo que imaginei. Eu tenho muita liberdade para fazer as coisas, por isso tenho que ser muito eficaz no meu julgamento. Quando você tem liberdade de decidir o que você quer, a vida fica muito melhor.

Z - Como você define sua fase atual na música?

E.G. - Hoje sou muito mais brasileiro do que eu era. Estou tentando recuperar a essência que se perde quando se profissionaliza.

Z - Como você define sua fase atual na música?

E.G. - Hoje sou muito mais brasileiro do que eu era. Estou tentando recuperar a essência que se perde quando se profissionaliza.

Z - Você compôs 15 músicas para serem coreografadas. Como você sente a relação dança e música?

E.G. - Às vezes a dança completa a música e às vezes vice-versa. Dá para pensar em cinema e em teatro sem som, mas não dá para imaginar dança sem música.

Z - Consideram você uma pessoa muito inteligente.

E.G. - O que a gente chama de inteligência me parece personalidade. O que a gente chama de primitivo me parece inteligência necessária, porque ela é essencial. A gente chama de inteligente na nossa sociedade aquele que tem a personalidade desenvolvida, que tem conhecimento e discurso.

## Entrevista a Ana Lavratti



ROD STEWART, Out of Order



BARÃO VERMELHO, Carnaval



TITÁS, Go Back



PRINCE, Lovesexy



ALBERT COLLINS, ROBERT CRAY, COOPELAND, Showdown!

## ZERO E WEA DÃO 50 LPS: ESCOLHA, RESPONDA E GANHE

Assinale o disco escolhido e responda as perguntas. Envie depois o cupom (ou cópia) para: Jornal Zero, "Promoção Disco", Curso de Jornalismo (CCE), Campus Universitário s/n.º, Trindade, Florianópolis — S.C. CEP 88.000.

O que você acha do Zero? .....

Por que você gosta do artista escolhido? .....

As melhores respostas ganham 1 LP. E o resultado sai no próximo número do Zero